

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

João Paulo de Lima Ázara

**O conflito sírio como reflexo do caráter realista defensivo da política
externa russa pós-soviética.**

Florianópolis

2021

João Paulo de Lima Ázara

O conflito sírio como reflexo do caráter realista defensivo da política externa russa pós-soviética.

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da Obra

Azara, Joao Paulo de Lima

O conflito sírio como reflexo do caráter realista defensivo da política externa russa pós-soviética. / Joao Paulo de Lima Azara ; orientador, Márcio Roberto Voigt, 2021.

69 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Realismo Defensivo. 3. Política Externa Russa Pós Soviética. 4. Conflito Sírio. I. Voigt, Márcio Roberto. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

João Paulo de Lima Ázara

Título: O conflito sírio como reflexo do caráter realista defensivo da política externa russa pós-soviética.

Florianópolis, 13 de setembro, 2021

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

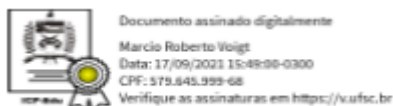
Prof. Dr^a. Graciela de Conti Pagliari

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende

Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.



Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt
Orientador

Florianópolis, 2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Angela e Vicente e a minha irmã, Maria Regina, pelo apoio incondicional durante esta caminhada. Outrossim, agradeço aos meus mestres da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial ao meu professor e orientador Márcio Voigt, sempre muito solícito, dedicado e que partilha comigo a paixão pelo estudo da história e das relações internacionais. Agradeço também aos meus amigos pelos bons momentos vividos, nesta linda cidade, e por serem meu respaldo local nestes tempos pandêmicos. Foram tempos difíceis, repleto de provações, mas sob os “ombros de gigantes” pude chegar e enxergar mais longe.

RESUMO

O presente trabalho faz uso do método científico hipotético dedutivo e possui como arcabouço teórico: a abordagem realista defensiva, através da qual há o intuito de se demonstrar que, ao contrário do que se faz crer no Ocidente, a política externa russa pós-soviética é previsível, racional e impulsionada por fatores sistêmicos, e não por quem é o presidente da vez. A intervenção russa na Síria é utilizada como exemplo desse caráter realista defensivo, pró status quo, dessa política. Ademais, ressalta-se que dado o status russo de grande potência em um mundo progressivamente mais multipolar, não é possível discutir sobre paz e segurança no Oriente Médio ou algures, à revelia de Moscou.

Palavras chaves: Realismo defensivo; política externa russa pós-soviética; conflito na Síria.

ABSTRACT

This research aims to dismiss the common western perception on Russian Foreign Policy and explained it through the lenses of defensive realism, which allows one to conclude that it is rational, pragmatic, predictable and driven by systemic factors, therefore not by whom is the president. The Russian Response to Syrian Crisis is used to illustrate this pro status quo approach. Furthermore, it worth pointing out that given Russian status as great power in a progressively multipolar world there's no way to talk about peace and security in the Middle East or elsewhere without Russia's active participation.

Keywords: Defensive realism; Post-Soviet Russian Foreign Policy; Syrian Crisis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. As Bases do Realismo.....	9
1.1 Kenneth Waltz e o Realismo Estrutural Defensivo	11
1.2 John Mearsheimer e o Realismo Estrutural Ofensivo.	18
2. A Percepção Ocidental sobre a Política Externa Russa pós-Soviética	22
2.1 - O fim da história e a Nova Ordem Mundial	26
2.2 Principais pressupostos da política externa russa.....	30
2.3 - Os Aspectos de Continuidade – Como a Rússia enxerga seu status e papel desempenhado no teatro das relações internacionais?	31
2.4 - Os aspectos de continuidade – a Visão Hobbesiana das Relações Internacionais	34
2.5. O Primado da soberania, da integridade territorial e do direito internacional	37
2.6 “Os ventos da mudança”– A Percepção Russa sobre o ambiente externo: riscos e oportunidades.....	39
3. O conflito sírio sob a ótica russa, como compreender o Kremlin?.....	45
3.1 Os interesses econômicos e estratégicos	45
3.2 Interesses securitários.....	47
3.3 - Interesses políticos	48
3. 4 - Quais os impactos da intervenção russa na Síria?	49
3.4.1 A intervenção russa e a situação atual na Síria.	50
3.4.2 Áreas controladas pelo regime	54
3.4.3 Região Noroeste: al-Bab, Afrin e Idlib	54
3.4.4 Região Nordeste e al-Tanf	55
3.4.5 Rússia, uma nação indispensável.	56
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
5. REFERÊNCIAS.....	62

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz uso do método científico hipotético dedutivo e possui como sustentáculo teórico, a abordagem realista defensiva de Kenneth Waltz, por meio da qual demonstra-se que a percepção comumente ventilada no Ocidente acerca da política externa russa pós-soviética não resiste ao escrutínio. Haja vista que a mesma é racional, previsível e impulsionada por fatores sistêmicos.

A esse respeito, a política externa russa subdivide-se em variáveis independente e dependente que refletem a sua filosofia de ação, seus propósitos estratégicos, sua percepção de riscos e oportunidades, bem como seu status no sistema internacional. Deste modo a confluência destas variáveis dependente e independente, permite compreender como são traçados os rumos da política exterior no país.

Deste modo em relação a intervenção russa na Síria, utilizada como exemplo a aderência de Moscou aos pressupostos do realismo defensivo. No entanto, é importante salientar que a análise da política externa russa a luz do pensamento waltziniano está longe de ser uma unanimidade. Há autores, como Feinstein e Pirro (2021), que divergem e enxergam a postura russa sob ótica do realismo ofensivo. Todavia, análise da literatura consultada bem como a leitura dos documentos oficiais russos de formulação de política externa, de doutrina militar e de segurança nacional em ambas as administrações Yeltsin e Putin não parecem corroborar com a ideia de uma postura, na seara internacional, agressiva tampouco revisionista.

Deste modo a intervenção russa na Síria é explicada não apenas por imperativos geopolíticos, relaciona-se também com a promoção e reconhecimento de seu status, enquanto grande potência, em um mundo progressivamente mais multipolar. Destarte busca-se analisar qual é a situação atual do conflito sírio desde a intervenção russa em setembro 2015. Assim como pondera-se: em que medida o engajamento russo na Guerra da Síria contribuiu para avançar os interesses de política externa em Moscou?

Nesse sentido, no primeiro capítulo é apresentado o arcabouço teórico realista. No segundo capítulo analisa-se a política externa russa nas administrações de Boris Yeltsin e Vladimir Putin buscando ressaltar seus elementos de continuidade e adaptabilidade. Por último no capítulo 3, busca-se compreender o conflito sírio como reflexo do caráter Waltziniano da política externa russa.

CAPÍTULO 1 – Arcabouço Teórico.

1. As Bases do Realismo.

O conceito de anarquia é um dos principais pressupostos da Teoria das Relações Internacionais. Tal premissa dialoga com o conceito de estado de natureza hobbesiana. A etimologia da palavra é oriunda do grego e denota apenas a ausência de autoridade central. Longe, portanto da noção do senso comum que a vincula ao caos e desordem. Outrossim, o conceito não guarda relação alguma com o anarquismo político, oriundo do final do século XIX, baseados nas ideias Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), Mikhail Bakunin (1814-1876), Piotr Kropotkin (1842-1921) ou Enrico Malatesta (1853-1932) (WALTZ, 1979).

Neste trabalho o realismo é visto por este autor conforme Winston Churchill enxerga a democracia: como a pior forma de governo, excetuando todas as outras já tentadas. O modo análogo se aplica ao realismo. Ademais, é relevante ressaltar que embora a bibliografia realista seja vasta e heterogênea, há alguns princípios norteadores que edificam tal escola de pensamento. Gilpin (1984,) afirma que os realistas, sejam eles clássicos, neoclássicos ou estruturais compartilham três pressupostos principais. O primeiro diz respeito a natureza conflitiva das relações internacionais. Conforme Gilpin (1984, p.290) aponta: “it’s jungle out there”, a anarquia é a regra, a justiça e moralidade são as exceções. Contudo, conforme Gilpin (1984), isso não significa dizer que os realistas negligenciem tais valores e sejam, portanto, amorais ou mesmo imorais. Para o autor, o que os realistas buscam enfatizar é que em um ambiente anárquico, marcado pela desarmonia de interesses e concomitante natureza conflitiva entre os atores, o estado de guerra é permanente. Portanto, neste contexto no qual o Estado é o lobo do próprio Estado, onde não há um Leviatã para regular a ação entre as unidades do sistema, as preocupações acerca do poder são elementares (GILPIN 1984).

O segundo pressuposto realista afirma que a essência da realidade social e política é o grupo. O objeto de análise não está centrado no indivíduo como faz crer o liberalismo e tampouco está centrado nas classes sociais como aponta a teoria marxista. Deste modo, em um mundo caracterizado pela escassez de recursos, cuja situação suscita o conflito em torno da distribuição dos mesmos, os atores se confrontam enquanto membros de um grupo e não como indivíduos isolados - “Homo Sapiens as a tribal species” (GILPIN 1984, p.290).

O terceiro pressuposto, faz menção a primazia da segurança e do poder. Não obstante, isso não significa dizer que o poder e segurança sejam os únicos ou até mesmo os objetivos mais importantes da humanidade, pelo contrário "*as species we prize beauty, truth, and goodness*" (GILPIN, 1984, p.290). No entanto, conforme exposto, embora o realismo não negligencie a importância destes preceitos, busca enfatizar que todos esses valores mais nobres sucumbiriam se a sobrevivência do próprio Estado não fosse assegurada (GILPIN 1984).

Em suma, sob a ótica realista, os Estados são vistos como atores racionais, auto interessados e maximizadores e cujo intuito essencial é garantia da sobrevivência da unidade em um sistema internacional conflitivo e anárquico, no qual os Estados devem prover sua própria segurança.

Neste contexto, conforme aponta Carr (2001), a particular importância do aparato militar se deve pelo fato de que a "ultima ratio" do poder, nas Relações Interestatais, é a guerra. Destarte, em alusão à máxima Clausewitziana, a guerra é a continuação da política por outros meios. Dito de outro modo, toda a ação do Estado, no que tange ao poder, está direcionada a guerra, não como algo desejável, mas como último recurso (CARR,2001). Nesse sentido, em um ambiente sem autoridade central e marcado pelo conflito de interesses, a guerra em potencial é um fator dominante nas relações interestatais. Deste modo, embora não se defina a política estritamente em termos de poder, este último é parte essencial e decisiva da primeira (CARR 2001). Neste sentido, pode se dizer, conforme aponta Mearsheimer (2001), que o poder é a principal moeda de troca no que tange a política internacional, assim como o dinheiro o é para a economia.

Nesse contexto, no qual o poder é a moeda de troca das Relações Internacionais, as "transações" entre os atores prioritários do sistema, os Estados Nacionais, são percebidas como jogo de soma zero e conseqüentemente os ganhos relativos imperam sobre os ganhos absolutos. Os ganhos de segurança obtidos pelo estado A, mesmo que para fins defensivos, são vistos pelo estado B como decréscimo de sua segurança, o qual toma medidas para restabelecer a situação inicial, o que gera por sua vez uma contrarreação do estado A. Portanto, é um ciclo que se retroalimenta e está na gênese do conceito do dilema da segurança (WALTZ, 1979).

Dito isso, destaca-se, conforme já exposto, que o pensamento realista não é um bloco monolítico, existem autores de diversas matizes cujas contribuições, como as de Raymond Aron, realismo clássico, e a de outros autores, do realismo estrutural

tais como Stephen Walt e seu conceito de balança de ameaças, uma releitura do conceito chave de balança de poder, a estratégia de soft balancing de Robert Pape, e as abordagens quanto a estabilidade do sistema unipolar, nos quais se destacam autores como William Wohlforth e Robert Gilpin e sua teoria da estabilidade hegemônica, não serão tratadas aqui.

Ademais, embora se reconheça a profunda influência de Hans Morgenthau para teoria das relações internacionais, autor considerado um dos pilares da escola realista ao lado de Kenneth Waltz e John Mearsheimer, sua visão acerca da natureza humana como fator que explica a dinâmica das relações internacionais, e conseqüentemente o comportamento dos Estados, não se mostra adequada para se analisar a política externa russa pós soviética e por isso não será tratada aqui em detalhes. Tampouco há o intuito de esgotar a discussão acerca do realismo. O foco da análise deste trabalho é realismo estrutural de Kenneth Waltz e seus debates recentes. O realismo defensivo waltziniano, que explica o comportamento dos estados a partir do nível da estrutura, se mostra mais adequado para explicar a visão sistêmica da política externa russa, conforme será demonstrado ao longo do trabalho.

1.1 Kenneth Waltz e o Realismo Estrutural Defensivo

Kenneth Waltz, cientista político americano, inaugura um novo capítulo da longuíssima tradição realista¹ a partir da publicação da obra Teoria sobre a Política Internacional de 1979. Apesar da mencionada obra ser a mais conhecida, o substrato teórico é oriundo de um trabalho anterior e fruto de sua tese de doutorado: O Homem, o Estado e Guerra de 1959. Embora, a obra não apresente uma teoria de política internacional, ao buscar compreender as origens da guerra, lança suas bases ao desenvolver conceitos e identificar problemas de grande preocupação para pesquisadores e tomadores de decisão.

Nesta obra inicial, em 1959, Waltz define as “imagens” como referencial teórico, visto que para compreender um fenômeno é necessário se fazer uso de algum parâmetro analítico. Haja vista que segundo o autor não é possível ver a política internacional diretamente, é necessário o auxílio de uma “lente”. Destarte, busca-se compreender as origens da guerra em razão da sua natureza perene nas Relações

¹ herdeira de Tucídides, Hobbes e Maquiavel, contudo tal corrente de pensamento foi sistematizada, pela primeira vez, apenas em meados do século passado, com a publicação da obra Política entre as Nações de autoria de Hans Morgenthau, em 1948.

internacionais por meio da qual, segundo o autor, não há vencedores, apenas perdedores em maior ou menor grau. Nesse sentido, Waltz assevera: “asking who won a given war is, someone has said, is like asking who won the San Francisco earthquake” (WALTZ, 1959, p.1).

A primeira imagem revela que as causas da guerra têm raízes na natureza humana. A conclusão a esse respeito é oriunda das observações políticas de autores de diferentes épocas como Agostinho de Hipona, Espinosa e Morgenthau. Waltz afirma que cada imagem é reflexo de visões pessimistas e otimistas sobre origens da guerra. Em síntese o autor afirma: “what the first-image analysts, optimists and pessimists alike, have done is: (1) to notice conflict; (2) to ask themselves why conflict occurs, and (3) to pin the blame on one or a small number of behavioral traits” (WALTZ, 1959, p. 39), de forma que “the evilness of men, or their improper behavior, lead to war; individual goodness, if it could be universalized, would mean peace” (WALTZ, 1959, p. 39).

Segundo Waltz (1959) a segunda imagem expressa que as causas da guerra estão relacionadas a estrutura domésticas dos Estados, suas instituições, formas de governo bem como suas inclinações ideológicas. Portanto, tal imagem está associada a pressupostos gerais de que democracias não guerreiam entre si ou que o imperialismo seria a face superior do capitalismo, e ao extingui-lo poder-se-ia, outrossim, extinguir a guerra. Deste modo, a partir de atributos morais, universalizantes, se distingue, de maneira maniqueísta, os bons e os maus Estados a partir de um pensamento normativo, prescritivo e teleológico. Neste sentido, fazendo uso da voz do autor:

Among those who have taken this approach to international relations there is a great variety of definitions. Karl Marx defines “good” in terms of ownership of the means of production; Immanuel Kant in terms of abstract principles of right; Woodrow Wilson in terms of national self-interest and modern democratic organization. Though each definition singles out different items as crucial, all are united in asserting that if, and only if, substantially all states reform will world peace result. That is, the reform prescribed is considered the sufficient basis for world peace. This, of course, does not exhaust the subject. Marx, for example, believed that states would disappear shortly after they became socialist. The problem of war, if war is defined as violent conflict among states, would then no longer exist. Kant believed that republican states would voluntarily agree to be governed in their dealings by a code of law drawn up by the states themselves. Wilson urged a variety of requisites to peace, such as improved international understanding, collective security and disarmament, a world confederation of states. But history proved to Wilson that one cannot expect steadfast cooperation of undemocratic states in any such program for peace (WALTZ, 1959, p. 83-84)

Observa-se que, embora essas percepções dicotômicas se diferenciam em seus meios de ação, em essência elas partem do mesmo pressuposto de que a mudança nas estruturas internas dos Estados é capaz de torná-los mais propensos a paz. Logo, assim como na primeira imagem, a ideia da anarquia tem importância secundária.

Dito isso, ainda que nenhuma imagem se encerre em si mesma, parece haver, segundo Waltz (1959), uma variável sem a qual nenhuma análise seria completa: um elemento sistêmico que permite constatar que a guerra ocorre pois não há nada que a impeça. Para Waltz (1959) essa terceira imagem, portanto é uma expressão da anarquia internacional. Embora se reconheça a importância das causas imediatas do conflito, denominado pelo ator como causas eficientes e contidas nas duas primeiras imagens, sem uma causa permissiva, a guerra não existiria. Dito de outro modo, se houvesse uma autoridade supranacional legítima capaz de regular a ação dos Estados e impor sanções efetivas, a guerra cessaria de existir. Dessa forma, essa causa permissiva é a manifestação da anarquia em seu formato mais puro (WALTZ, 1959).

A esse respeito, Waltz (1959) afirma que embora fosse verdade que a União Soviética fosse, na visão do autor, a maior ameaça bélica de seu tempo, sua simples desaparecimento do sistema internacional não significaria que as demais unidades políticas poderiam, após o ocorrido, viver em uma paz perpétua. Haja vista que a guerra é do produto de séculos enquanto a URSS somente existiu durante poucas décadas. Mesmo após uma eventual dissolução da URSS, os efeitos da anarquia continuariam presentes.

Já na obra Teoria de Política Internacional, Waltz (1979) elenca as teorias em: reducionistas e sistêmicas. As teorias reducionistas são retrato da primeira e segunda imagens, na qual o sistema internacional tem importância secundária em relação ao comportamento dos Estados. Nesse sentido observa-se “the international system if conceived at all, is taken to be merely as outcome (WALTZ, 1979, p.60). Segundo o autor as teorias sistêmicas por outro lado, são derivadas da terceira imagem, na qual há a primazia de um elemento que se justapõe aos Estados e, portanto, é involuntário, não intencional e concomitantemente constrange suas ações. Tal elemento é a estrutura do sistema internacional. A estrutura conjuntamente aos Estados forma o sistema internacional.

Quanto a unidade básica de análise, Waltz a define da seguinte maneira:

States are not and never have been the only international actors. But then structures are defined not by all of the actors that flourish within them but by the major ones. In defining a system's structure one chooses one or some of the infinitely many objects comprising the system and defines its structures in terms of them. For international-political system, as for any system, one must first decide which units to take as being the parts of the system (WALTZ, 1979, p.93)

Deste modo observa-se que a estrutura exerce um papel relevante na dinâmica da política internacional, deste modo como defini-la? Segundo Waltz (1979) a estrutura é composta por três elementos. O primeiro deles é a anarquia internacional, a qual de acordo com o autor é “princípio ordenador” do sistema internacional. Visto que não há uma autoridade central, que regule as ações das unidades, o sistema desenvolvido é do tipo autoajuda (“self help”), por meio qual os Estados são instados a prover sua própria segurança. O segundo elemento é corolário do primeiro, ao refletir sobre o caráter das unidades: soberanas, iguais entre seus pares no sistema e sujeitas a mesma tarefa cujo objetivo é a base para qualquer ação do Estado – a sobrevivência.

Todavia, parafraseando uma citação orweliana, “alguns Estados são mais iguais que outros”. O que nos leva ao terceiro componente que se refere a distribuição de capacidades. Portanto, de acordo com Waltz (1979), a diferença entre as unidades do sistema é manifesta a partir da assimetria na distribuição de poder e recursos. Deste modo a distribuição de capacidades é um termômetro que mensura o maior ou menor êxito estatal na persecução de seu objetivo norteador.

Ademais, é relevante ressaltar a relação que Ruggie (1983) estabelece entre a estrutura anárquica do sistema internacional e a teoria do fato social, do sociólogo francês, Émile Durkheim. Originalmente, a teoria do fato social tinha como objeto de análise, os indivíduos, mas o raciocínio, conforme aponta Ruggie (1983), pode ser replicado aos Estados dado as suas características como a exterioridade, a coercitividade e a generalidade. Deste modo, a estrutura anárquica é geral a todos os Estados, constrange suas ações e não está sujeita as transformações por estas unidades isoladas, pois é exterior a elas (RUGGIE,1983).

Por conseguinte, parafraseando o construtivista Alexander Wendt, é tentador salientar que a “anarquia não é o que os Estados fazem dela”. Haja vista que a variável independente se situa no nível da estrutura e não no nível da unidade. A estrutura anárquica, cujo efeito imediato, a guerra, é observada com regularidade, regida por leis próprias, é exterior aos Estados e exerce influência sobre suas ações. Em suma,

a anarquia pode ser compreendida como um fato social, algo dado, e não sujeito a transformações oriundas de unidades isoladas. Deste modo, os interesses são oriundos da estrutura, esta última condiciona a ação dos Estados. E embora relevantes, as ideias, as percepções são apenas variáveis intervenientes, entre os meios e os fins da ação política, ou seja, entre o poder e a segurança. A variável independente continua a ser a estrutura anárquica do sistema internacional.

Há nesse sentido uma discrepância ontológica, sobre a essência do fenômeno, sobre o que a anarquia realmente é: para Wendt (1992, p.397) a anarquia é uma percepção ("if the United States and Soviet Union decide they are no longer enemies, 'the cold war is over'"), sujeita, portanto, a transformações por unidades isoladas. Para Waltz a anarquia é um fato social.

Neste cenário anárquico, conforme exposto, a tendência ao equilíbrio ocorre de maneira não voluntária e não intencional, a despeito das vontades das unidades. As aspirações de um dado Estado desejoso de ampliar seus domínios são contrabalançadas automaticamente pelas mesmas aspirações de outrem. E o instrumento utilizado, em última ratio, para dirimir litígios e restabelecer o equilíbrio é a guerra. Nota-se o que já é conhecido pelos historiadores: "si vis pacem para bellum" – em um contexto anárquico a paz é frágil, é um mero interregno entre períodos conflituosos. Exemplos ao longo da história não faltam para sustentar tal tendência. No mundo helênico, a Liga do Peloponeso foi arquitetada para contrapor as ambições da Liga de Delos, liderada por Atenas – e esta última foi concebida a priori para contrabalançar as ambições do Império Persa. Na Itália da Renascença as cidades estados italianas buscavam aliados externos e internos sempre que havia um desequilíbrio de poder em favor de uma cidade estado italiana, esta pretendente ao hegemon (WALTZ, 1979).

Ademais, Waltz (1979) cita o exemplo das tentativas hegemônicas dos Habsburgos no século XVII, da França sob o reinado de Luis XIV e de Bonaparte, nos séculos XVIII-XIX, e por fim da Alemanha Guilhermina e Hitlerista no século XX. Em todas as oportunidades, as tentativas hegemônicas foram contrabalançadas por coalizações anti-hegemonica afim de restabelecer o equilíbrio.

Quanto à estabilidade do sistema internacional, conforme dito, está ligada a distribuição de capacidades e conseqüente formação de polos. Waltz (1979) aponta duas formas de estrutura, a bipolar e multipolar. A estrutura multipolar se manifesta quando um consórcio de poder composto por três ou mais polos dão as cartas no

teatro de ações das Relações Internacionais. Nesse arranjo a diplomacia adquire fundamental importância haja vista que a política de alianças é sempre uma política de concessões de modo que a acomodação dos interesses entre aliados e potenciais aliados estejam em confluência com os interesses do Estado. Waltz (1979) afirma que como nenhum dos polos possui a capacidade de sobrepujar os demais, fica evidente uma relação de interdependência entre os pólos.

Destarte a derrota ou defecção de um membro compromete a segurança dos demais. Além disso, as ameaças são difusas, os inimigos a quem se deve enfrentar não são claros. Acerca dessa interdependência cita-se a política de alianças formadas entre dois blocos europeus na iminência da Primeira Guerra Mundial. Se a Áustria-Hungria declarasse guerra a Rússia, a Alemanha se veria compelida a segui-la. Haja vista que uma derrocada do Império Austro-húngaro deixaria os alemães em situação vulnerável na Europa Central. Da mesma forma se a França declarasse guerra à Alemanha, a Rússia deveria segui-la, haja vista que uma derrota de Paris pelos alemães desequilibraria a balança de poder em desfavor dos Russos e os deixaria sob ameaça. Outrossim, tal arranjo é palco para a incerteza e imprevisibilidade o que provoca uma flexibilização de alianças que por sua vez suscita, uma rigidez da estratégia e da tomada de decisão por partes dos Estados compelidos a agir de modo a acomodar os seus interesses com os dos aliados. Tal flexibilização de alianças pode ser expressa na Europa da Belle Époque na qual, embora Reino Unido e Rússia tenham sido aliados contra as potências centrais no contexto da Primeira Guerra, encampavam acirrada disputa colonial na Ásia e cada qual forjava alianças para dissuadir o oponente. O mesmo pode ser dito entre britânicos e franceses nas disputas coloniais no continente africano (WALTZ 1979).

Por outro lado, em uma estrutura bipolar, composto por dois polos o oposto ocorre. A rigidez na aliança gera uma maior flexibilidade da estratégia e maior liberdade na tomada de decisão. Portanto, em uma aliança entre não iguais a lealdade dos membros marcado pelo risco de defecção, conforme citado acima, tem importância residual, haja vista que os demais aliados não têm outra escolha se não ir a reboque aos desígnios dos líderes da aliança. Contraste, por exemplo a situação dos Estados Unidos durante a Grande Guerra, em 1914, e a situação do país vivida nos tempos de Guerra Fria. Em 1914 em meio a estrutura multipolar os interesses americanos estavam imbricados aos interesses de seus dois maiores aliados, havia, portanto, uma relação de interdependência e de paridade de forças (WALTZ 1979).

Todavia, segundo o autor, no âmbito da Crise de Suez, em 1956, os Estados Unidos puderam se dissociar de seus dois principais aliados, França e Reino Unido, e sujeita-los a pressões financeiras e diplomáticas afim de cessarem a ocupação militar do canal. Outro exemplo, é expressa na declaração do presidente Charles de Gaulle de que se vivia em cenário de “aniquilação sem representação”, em alusão ao episódio da Crise dos Mísseis de Cuba, 1962, na qual EUA e a URSS não consultaram seus aliados nas tratativas acerca do assunto. Reitera-se, portanto, que a estrutura bipolar garante aos polos uma maior flexibilidade de estratégia, maior liberdade na tomada de decisão, dada a importância secundária de acomodação de interesses de aliados e maior ênfase na dissuasão do oponente. Em suma como há apenas dois polos, manifesta-se um cenário de maior previsibilidade e maior estabilidade no sistema internacional dado que a definição de interesses vitais e ameaças são claras, as origens desta última, conhecidas. Além disso, a menor rigidez das alianças pode permitir aos líderes se dissociar de seus aliados e conter a escalada do conflito, como foi o caso na Crise do Canal de Suez e da Guerra do Yom Kippur (WALTZ, 1979).

Deste modo, Waltz (1979) afirma que o longo período de paz na Europa decorreu, sobretudo, da destruição da velha estrutura multipolar oriunda da Segunda Guerra Mundial e o estabelecimento de uma nova ordem mundial – bipolar, na qual esperava-se que as relações entre os Estados continuassem a ser conflitivas, porém gerenciáveis. Ainda que a bipolaridade tenha importância primária no longo período de paz observado, Waltz admite a relevância mesmo que secundária das armas nucleares que inibem confronto direto entre os dois devido a uma possibilidade de destruição mútua assegurada (“MAD WORLD”, em inglês).

Em suma, para além do atributo sistêmico da teoria, nota-se também seu caráter defensivo e sua propensão ao status quo. Ademais, embora Waltz (1979) concorde com Morgenthau (2013) sobre o fato que os interesses são definidos em termos de poder, a obtenção deste não é um fim em si mesmo. O poder é apenas um instrumento, um meio, para que se possa garantir segurança. A sobrevivência e não o poder é o fim último do Estado. Além disso, ao contrário de Morgenthau (2013), Waltz (1979) afirma que as unidades não são maximizadoras de poder, devem obter o suficiente para garantir sua sobrevivência. Deste modo, o autor alerta sobre os excessos de poder, o que pode chamar a atenção dos outros atores estatais e instigá-los a formar uma aliança de modo a restabelecer o equilíbrio. Destaca-se, portanto,

que a estrutura do sistema internacional não oferece incentivos às pretensões hegemônica das unidades.

1.2 John Mearsheimer e o Realismo Estrutural Ofensivo.

O realismo estrutural subdivide-se em dois subcampos: o realismo defensivo e o ofensivo. O primeiro, conforme já mencionado é obra do cientista político americano Kenneth Waltz. O segundo, é um trabalho mais recente do também americano e professor da Universidade de Chicago, John Mearsheimer. O autor articula a referida teoria com base em 5 premissas principais. Tais premissas dialogam com pressupostos já elencados, todavia para fins de elucidação da teoria se faz necessário reiterar.

Por conseguinte, as premissas ressaltam que os atores são racionais, auto interessados dispostos em um sistema anárquico, onde não é possível saber quais intenções dos outros Estados. O que leva os Estados a adquirirem poder ofensivo com fim último de sobreviver no sistema. Deste há um princípio ordenador na anarquia e cujos efeitos no comportamento dos Estados são involuntários. Nesse sentido, o autor afirma, que A ordem bipolar erigida no pós-Segunda Guerra Mundial não foi pretendida pelas duas superpotências e tampouco EUA e URSS cooperaram para estabelecê-la. Assim sendo, a estrutura é resultado não intencional da competição por poder e segurança (MEARSHEIMER, 2001).

É, conforme já foi dito um fato social. Destarte, enfatiza-se seu caráter ahistórico, dado a recalcitrância da teoria ao longo dos séculos, assim como o seu caráter não ideológico, no qual os interesses definidos em termos de poder se sobrepõe a valores universalizantes. A esse respeito, Mearsheimer (2001, p.47) cita Roosevelt: "I can't take communism but to defeat Hitler I would hold hands with the devil. Da mesma forma, o autor aponta que Stalin demonstrou, reiteradas vezes, que quando as preferências ideológicas se confrontam com as considerações de poder, este último sai vitorioso.

Ao contrário de Waltz (1979), Mearsheimer (2001) aponta que a estrutura anárquica do sistema internacional provê aos Estados incentivos para a promoção de seus projetos expansionistas. Nesse sentido como não é possível saber as reais intenções dos outros atores e tendo em vista que estes operam em um sistema de autoajuda, os Estados compreendem, rapidamente, que a melhor defesa é o ataque e que, portanto, a melhor forma de assegurar a sobrevivência é se tornando o

hegemon do sistema. Em vista disso, Mearsheimer aponta que os Estados são atores maximizadores de poder e, portanto, estão sempre atentos a distribuição de poder entre eles.

Deste modo os atores buscam janelas de oportunidades através das quais é possível desequilibrar a balança de poder ao seu favor e em detrimento dos oponentes em potencial. Assim, de modo a alterar o equilíbrio de poder, segundo o autor, os atores fazem uso de diversos meios tais como: diplomáticos, econômicos, militares. Ademais, visto que o incremento de poder de um Estado é decorrente da perda de poder por outro Estado, a dinâmica das Relações Internacionais é ilustrada pelo jogo de soma zero, na qual os ganhos relativos imperam e os Estados estão condicionados a agir ofensivamente, mesmo que o objetivo último seja garantir a sobrevivência das unidades (MEARSHEIMER, 2001).

Ao contrário de Waltz (1979) que alerta sobre os ganhos excessivos de poder, Mearsheimer (2001) aponta que mesmo após o Estado alcançar uma nítida vantagem militar sobre os oponentes, este está propenso a acumular mais e mais poder. Deste modo, a fome por poder somente é saciada ao se alcançar a hegemonia. Em contraste a Waltz (1979), Mearsheimer (2001) aponta para o caráter ofensivo e revisionista dos Estados. Deste modo a propensão ao status quo somente é observada quando o Estado se torna o hegemon do sistema. Ao se referir ao conceito o autor tem o objetivo de diferenciar a hegemonia global da hegemonia regional. A hegemonia global, jamais experienciada, trata-se da dominância mundial de um Estado em relação aos demais no sistema. Segundo o autor tal cenário é impraticável devido à presença massiva dos oceanos que impossibilita a projeção de poder para o além mar. A hegemonia regional trata-se da dominação de área geográficas específicas.

Destarte, dado a inviabilidade da dominância global, o melhor cenário segundo Mearsheimer é se tornar um hegemon regional. Segundo o autor o único Estado na história moderna a conseguir tal façanha foi os Estados Unidos, a partir do final do século XIX, embora outros países como o Japão imperial, a França Napoleônica e Alemanha Guilhermina e Hitlerista tenham tentado, porém sem sucesso. Nesse cenário o hegemon atual busca evitar que outros aspirantes ao posto em suas respectivas regiões obtenham êxito. Deste modo, aplica-se estratégias variadas como a “buck-passing” que consiste em delegar o equilíbrio de poder a aliados locais contra o aspirante a hegemon (MEARSHEIMER, 2001).

Todavia se os aliados locais não forem capazes de dissuadir efetivamente o aspirante, então o hegemom intervém para restabelecer o equilíbrio. Atua-se, portanto, como um fiel da balança, como agente estabilizador capaz de intervir militarmente e logo após o restabelecimento da ordem se retira. Tal estratégia é denominada de offshore balancing e foi utilizada pelos Estados Unidos durante a Primeira Guerra do Golfo e durante a Primeira Guerra Mundial por exemplo (MEARSHEIMER, 2001).

Ademais assim como Waltz (1979), Mearsheimer (2001) aponta pelas razões já expostas que a estrutura bipolar tende a ser mais estável que a multipolaridade. Por conseguinte, a Tragédia das Grandes potências se pronuncia devido ao fato que cada Estado a fim de garantir sua própria segurança almejará a hegemonia. Todavia ao aumentar sua capacidade militar o Estado A será confrontado pelo Estado B que também aspira ao mesmo objetivo e que gera uma contrarreacção em A. Deste modo, este ciclo se retroalimenta no qual há uma tensa competição por poder e segurança que resulta em um estado permanente de guerra. Deste modo, como evidenciado, o dilema de segurança é a Tragédia das Grandes Potências.

Por fim, no quadro é ilustrado de modo sucinto as similaridades e diferenças entre o realismo ofensivo e dois outros pilares restante do realismo: o clássico e o defensivo.

Figura 1 – Principais teorias realistas

	Human Nature Realism	Defensive Realism	Offensive Realism
What causes states to compete for power?	Lust for power inherent in states	Structure of the system	Structure of the system
How much power do states want?	All they can get. States maximize relative power, with hegemony as their ultimate goal.	Not much more than what they have. States concentrate on maintaining the balance of power.	All they can get. States maximize relative power, with hegemony as their ultimate goal.

Fonte: Tragedy of Great Power Politics (John Mearsheimer, 2001)

Em suma conforme exposto na tabela, é apresentado os três pilares da teoria realista. Para Morgenthau (2013), a busca incessante pelo poder e a hegemonia torna a seara internacional um cenário de guerra em potencial permanente. É importante salientar que o apetite voraz pelo poder o qual o autor denomina “animus dominandi” é a variável independente que explica a dinâmica das Relações Internacionais. A anarquia per si, enquanto estrutura, tem importância secundária no pensamento morgenthaliano. Waltz (1979) e Mearsheimer (2001), ao contrário extraem a variável independentemente do nível da unidade e a elevam para o nível do sistema. Dito de outro modo, a estrutura do sistema internacional, a anarquia é o que condiciona a ação dos Estados e não a natureza humana.

Observa-se que Waltz (1979) e Mearsheimer (2001) divergem quanto aos incentivos que a estrutura suscita aos Estados no que concerne suas aspirações à hegemonia. A opção pelo referencial realista defensivo, se mostra mais adequado enquanto sustentáculo teórico uma vez que a política externa russa não é levada a cabo por uma espécie de “animus dominandi”, um desejo insaciável pelo poder que a compele a agir expansivamente. O país é maximizador de segurança e não de poder. Similarmente, conforme análise dos documentos oficiais e da análise da literatura a Rússia não corrobora com a ideia de que a melhor forma de garantir a segurança é se tornando o hegemom regional, por meio de uma política inexoravelmente revisionista, conforme prevê a tese do realismo ofensivo, de Mearsheimer.

A política externa russa é pró-status quo, busca ser um contrapeso aos demais polos em um mundo progressivamente mais multipolar. A intervenção russa na Síria é utilizada como exemplo do caráter realista defensivo dessa política.

CAPÍTULO 2 – Política Externa Russa Pós Soviética.

2. A Percepção Ocidental sobre a Política Externa Russa pós-Soviética

O Estado Nacional Russo que emergiu após a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) enfrentou inúmeras dificuldades. Algumas dessas desventuras já eram enfrentadas pela própria URSS, sobretudo a partir da década 1980. Neste contexto tais vicissitudes como: a deterioração de indicadores socioeconômicos como mortalidade infantil, queda na expectativa de vida, atraso no ingresso na chamada 3ª Revolução Industrial, além de maior pressão no Balanço de Pagamentos devido a baixa produtividade na agricultura, maior necessidade de importação de grãos e declínio do preço do petróleo no mercado internacional, ficaram mais evidentes (LOUREIRO, 2014). A isso soma-se as dificuldades decorrentes da transição da economia planificada para uma economia de mercado, na qual as medidas liberalizantes expuseram as fragilidades e ao fim recrudesceram tais condições adversas, dada a disparada da inflação e a pressão sobre as contas públicas. Ademais, evidenciou-se o aumento da criminalidade e das instabilidades decorrentes da autoproclamação de independência, de grupos separatistas na região da Chechênia, no sul do país (LEWIN 1998).

Neste cenário, segundo estes autores, o quadro clínico do país era de profunda crise política e de identidade nacional, visto que o status de grande potência teria se perdido devido ao malogro econômico e demográfico. A Rússia, portanto, era vista como uma nova versão do “Homem Doente da Europa”, (LEWIN, 1998), uma potência declinante, sob vários aspectos, e cuja tomada de decisão, pela elite política dirigente, era amorfa, desestruturada e frequentemente incoerente. Visto que as várias instâncias do Estado objetivavam seus próprios interesses institucionais, ou até pessoais ao arripio dos interesses do Estado Russo, tanto na política externa quanto na política interna (LARRABEE e KARASIK, 1997).

Deste modo, na medida que a política externa russa se tornava mais amistosa e próxima ao Ocidente isto teria mais a ver com os interesses específicos das elites econômicas e políticas durante a Era Yeltsin, (McFAUL, 1997), do que a percepção do Estado Russo em relação a ameaças e oportunidades oriundas da estrutura do sistema internacional (LYNCH 2001). Em suma, a política externa seria movida mais por questões domésticas do que por fatores sistêmicos (McFAUL, 1997). Portanto,

seguindo a lógica de diversos analistas, dentre eles (McFAUL, 1997), isso explicaria o fato de que a partir dos anos 2000 um ex-oficial da KGB, na Alemanha Oriental, ainda nos tempos de Guerra Fria, e com fortes relações com o establishment russo pós-soviético, ascendesse ao poder e promovesse uma guinada da política externa, dando a mesma contornos nacionalistas, priorizando as relações com países do espaço pós-soviético, considerado o “exterior próximo”. Em geral, portanto, a política externa russa era percebida, no Ocidente, como unidirecional e antiocidental por excelência (PAUL, 2001)

Ademais, conforme aponta Paul (2001), a visão Ocidental predominante enunciava que os contornos nacionalistas e caráter iminentemente antiocidental a mantém inebriada a uma nostalgia imperial a qual exorta restauração das glórias do passado a fim de se construir um futuro edificante. Em outras palavras, o país poderia ser descrito como um Estado bárbaro e imperialista que tem o intuito de difundir o seu barbarismo asiático ou seu Despotismo Oriental para o resto do mundo (PAUL, 2001). Em um artigo de 2018, na conceituada revista americana de relações internacionais, *Foreign Affairs*, o então ex-vice-Presidente dos EUA e atual presidente do país baseia os seus argumentos nessa linha. Biden (2018), expõe que a fim de resguardar o seu regime “cleptocrático” o Kremlin decidiu tentar tomar de assalto aquilo que, segundo o autor, é a “maior ameaça externa” para sua sobrevivência, a Democracia Ocidental. E deste modo, aponta Biden, (2018), os Estados Unidos e os seus aliados deveriam se mostrar resilientes e aumentar seus esforços para combater a “subversão” russa e cortar, pela raiz, a rede de influência maligna do Kremlin.

Neste sentido, conforme afirma Switzer (2017) a descrição ventilada pela mídia Ocidental a respeito do líder russo Vladimir Putin, frequentemente faz lembrar àquela destinada a vilões de revistas em quadrinhos. O presidente russo tende a ser caracterizado como um estrategista oportunista e perfídio que orienta suas ações por meio de forte fervor nacionalista e desejoso de restaurar o império russo, como demonstram as várias declarações de figuras políticas Ocidentais proeminentes, conforme demonstrado a seguir:

Por exemplo, no ano 2000, (conforme citado por PAUL, 2011, p.103) John McCain então senador e candidato a nomeação pelo partido republicano norte americano para as eleições presidências no mesmo ano, disse em entrevista para ABC News: Putin "is from the KGB. He could use the military to reassemble the Soviet Union".

Adotando o mesmo tom, Peter Hartcher declarou no Sydney Morning Herald News, em 2017: “he wants conquest... If Putin ever seems to offer a concession, it’s either a tactic or a ruse”

Na ocasião da celebração dos 70 anos da fundação da principal aliança militar do Ocidente, os embaixadores estadunidenses na OTAN, Douglas Lute e Nicolas Burns, entre os anos de (2007-2011) e de (2001-2005) respectivamente, publicaram em conjunto, em 2019, na Harvard Kennedy School, um relatório sobre os desafios da organização. Deste modo atestaram:

Putin is destabilizing NATO partners Ukraine and Georgia by the continued occupation of their territories. It conducts provocative exercises and maneuvers along NATO’s borders, seeks to weaken the three Baltic allies from within, it expands military activity in the Arctic and North Atlantic; intervenes in parts of the Middle East against Western interests; and seize every opportunity to erode the cohesion of NATO and the EU members through cyber-attacks, political subversion and aggressive social media campaigns pose a threat to all the NATO democracies and their electoral processes (BURNS e LUTE, 2019, p.5)

De modo análogo, em uma coluna no jornal britânico The Guardian, em 2009, Antony Julius declarou; “the threat of Russian imperialism is real, and the armory at Putin’s disposal formidable. Putin is a master tactician – able to deploy the right weapon at the right time”

Ademais, os críticos mais ácidos, vão mais além comparando-o à um czar ou até mesmo chegando a compará-lo a Hitler. De acordo com a BBC News Brasil 2021 é expresso: “no comando desde o último dia de 1999, Putin ditou o rumo de guerras, mostrou que não existem fronteiras para suas ações de espionagem e consolidou-se como uma espécie de “czar moderno”(…).

No que diz respeito a crise da Ucrânia e posterior anexação da Crimeia por Moscou, pelo menos 12 figuras de relevância no cenário político Ocidental internalizaram aos seus discursos, comparações do líder russo ao líder da Alemanha nazista. Dentre eles o senador norte-americano, John McCain; o ex-Conselheiro de Segurança Nacional durante o governo de Jimmy Carter, Zbigniew Brzezinski; o ministro das finanças alemão Wolfgang Schäuble; e o ex-primeiro ministro canadense Stephen Harper; declararam de modo análogo o que a ex- secretária de Estado americana e candidata à presidência, em 2016, Hilary Clinton disse:

We know all about that from history this sounds familiar, it’s what Hitler did back in the 30s. ... Hitler kept saying [German citizens abroad were] not being treated right. I must go and protect my people and that’s what’s gotten everybody so nervous (WASHINGTON POST, 2014)

Similarmente, o ex-secretário de Relações Exteriores do Reino Unido e atual premiê da terra da rainha, segundo veiculado pelo jornal britânico The Guardian em 2018: “President Putin will use the World Cup in the same way that Hitler used the spectacle of the Olympic Games to legitimize his appalling regime”.

Por conseguinte, a partir dessa percepção que norteia parte da literatura acadêmica, parte considerável dos tomadores de decisão nos países Ocidentais e grande parte da cobertura jornalística, a política externa russa pode ser resumida a partir dos seguintes pontos:

- Imprevisibilidade
- Revisionismo
- Contestação da ordem liberal global
- Orientada por fatores domésticos e dependente de quem é o governante

E como resultado a política externa pode ser entendida, de acordo com essa visão como contraproducente e com o agravante de ampliar o isolamento internacional do país e aprofundar seu declínio.

Todavia, segundo Suslov (2016) essa visão expressa em parte da literatura, boa parte da cobertura jornalista e manifesta pelo discurso de figuras políticas Ocidentais proeminentes, conforme demonstrado, está longe de se representar um retrato fidedigno da política russa. Haja vista que tal percepção está ancorada nas seguintes premissas:

- Baseada na noção de vitória dos Estados Unidos (EUA) na Guerra Fria; liderança americana como alicerce da Nova Ordem edificada a partir de regras, normas, valores e instituições as quais devem ser assimiladas pela Rússia
- Baseado em um paradigma simplesmente incapaz de enxergar a lógica da política externa. Para entendê-la é enxergar a cena internacional sob “lentes russas”.
- A visão russa e Ocidental acerca do sistema internacional e o papel que desempenha bem como a posição que ambos ocupam difere fundamentalmente.

2.1 - O fim da história e a Nova Ordem Mundial

O presidente norte-americano George H.W. Bush, 1992, discurso anual dirigido ao Congresso Nacional daquele país, também denominado discurso do Estado da União, declarou: “But the biggest thing that has happened in the world in my life, in our lives, is this: By the grace of God, America won the Cold War”. Em sua fala, portanto, o chefe do executivo estadunidense foi taxativo, a Guerra não apenas terminou, mas foi vencida.

Deste modo o “triunfo do Ocidente” seria reflexo da vitória do Estados Unidos, pela universalização dos valores Ocidentais e de seu modelo de desenvolvimento pela emergência daquilo que muitos observadores consideram um “momento unipolar”. Deste modo o país considerou a persecução de uma política hegemônica no plano global como algo natural e plenamente necessário (SUSLOV, 2016).

Segundo Loureiro, (2014) os EUA consideravam-se uma hegemon benigno, um arauto da paz, segurança e prosperidade globais. Tal percepção não era oriunda apenas de seu poder, influencia era também fruto da crença no multilateralismo e no princípio de segurança coletiva resultantes sobretudo do fim do imobilismo das Nações Unidas sobretudo nos assuntos de paz e segurança internacional, além do endosso à medidas liberalizantes. Visto que um mundo mais interdependente economicamente e mais democrático era percebido como mais pacífico. Nesse sentido, tal concepção é a base da chamada “Nova Ordem Mundial, proclamada pelo presidente George H. Bush no contexto da 1ª Guerra do Golfo, conforme transcrito a seguir:

What is at stake is more than one small country; it is a big idea: a new world order, where diverse nations are drawn together in common cause to achieve the universal aspirations of mankind—peace and security, freedom, and the rule of law. Such is a world worthy of our struggle and worthy of our children's future (BUSH, 1991, p.12).

Ademais, observa-se, que tal percepção apresentada acima encontra eco no paradigma do fim da história. Nesta perspectiva, o notório cientista político norte-americano Francis Fukuyama, ao explanar sobre o término da Guerra Fria, fez uso de uma leitura hegeliana da história. Isto é o autor sustentou seus argumentos a partir de uma visão teleológica dos eventos históricos. Desta maneira, segundo Fukuyama (1989), na ocasião o que se testemunhou não foi apenas o mero desfecho do conflito velado entre as duas superpotências, mas sim o fim da história, ou seja, com o fim da Guerra Fria, a humanidade teria atingido o ápice do desenvolvimento ideacional e

como resultado, a democracia e o capitalismo liberal teriam sido estabelecidos como modelo de organização final das sociedades humanas (FUKUYAMA, 1989).

Destarte, a partir da década de 1990, o Ocidente, capitaneado pelos Estados Unidos, passaram a advogar frente aos demais países do sistema, em favor da universalização de práticas, valores e normas liberais. De modo que pudessem se alinhar o “lado correto da história” (“the right side of history”) e pudessem, desta maneira, aproveitar os bons ventos que o “fim da história” lhes proporcionariam. Neste contexto, a Rússia, enquanto herdeira Soviética, foi considerada um país derrotado na Guerra Fria, e, portanto, a demanda russa pelo reconhecimento de seu papel enquanto grande potência, em pé de igualdade com o Ocidente principalmente, no tocante a questões sobre paz e segurança tanto em âmbito regional, quanto global, foi tratada com estranheza e como ilegítima (SUSLOV, 2016). Embora os acordos do fim da guerra fria com Moscou definissem a manutenção da esfera de influencia russa que não foi respeitada.

A esse respeito, no plano regional, por exemplo, em vez da integração com os parceiros europeus ocorrer a partir de uma via de mão dupla, decorrente de uma transformação mútua, o Ocidente insistiu na ideia de transformação unilateral e consequente adoção pelos russos, dos valores, regras e normas e instituições Ocidentais, de modo que Moscou pudesse ser prontamente assimilado ao clube de nações democráticas liberais (KRICKOVIC e PELLICCIARI 2021). Destarte, o Ocidente sugeriu que a integração russa ocorreria sob os moldes da “Wider Europe” - um espaço teórico caracterizado pela centralidade da União Europeia (EU) e da OTAN, mas que também incorpora países não membros destas organizações e encoraja estes países a adotarem as diretrizes e normas associadas a membresia (LUKYANOV, 2016).

Diferente, portanto, segundo Lukyanov (2016) da formulação do ex-presidente da União Soviética que propunha a construção de uma “Casa Comum Europeia” ou formulação posterior da Greater Europe, espaços policêntricos nos quais a Rússia seria co-arquiteta, neste outro espaço de integração regional, “Wider Europe”, é oferecido um nicho limitado ao país visto que a Federação Russa deveria abdicar de suas aspirações globais e agir em conformidade com regras e normas, as quais o país não desempenhou papel algum em sua formulação. Neste sentido, o discurso do presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, em 2002, conforme citado por Lukyanov (2016 p. 34), ilustra bem esse ao proferir: ‘Russia would share with

the EU “everything but institutions”. Dito de outro modo, a EU, encorajava e via com bons olhos a adoção de regras e normas por parte da Rússia. O país, teria voz, contudo não teria poder de influência para alterar o curso das ações (LUKYANOV, 2016)

Todavia aos olhos da Federação Russa, o fim da Guerra da Fria não implicou em perda de seu status de grande potência. Segunda a perspectiva russa o desfecho da Guerra Fria ocorreu a partir de esforços e cooperação mútuos e deliberados entre as duas superpotências (LAVROV, 2018). E, portanto, após a dissolução do Pacto de Varsóvia e mesmo depois da desintegração da URSS a Rússia deveria ser reconhecida e respeitada enquanto grande potência (CONCEPT, 1993). Desta forma, a luz do paradigma de política externa, do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, nota-se que a União Soviética contribuiu para a unificação da Alemanha, permitiu a dissolução do Pacto de Varsóvia, decretou o fim da doutrina Brejnev conforme ilustra a não intervenção na chamada revolução de veludo na Checoslováquia na Europa Oriental, a fim de obter um papel de destaque na construção da nova ordem pós-Guerra Fria tanto regionalmente, quanto globalmente (SUSLOV, 2016).

Ademais, a Rússia parte do pressuposto de que não houve derrota alguma. Diferentemente do Japão imperial ou da Alemanha nazista o país não assinou uma declaração de rendição incondicional. Tropas Ocidentais, capitaneada pelos Estados Unidos, não dominaram Moscou ou invadiram o Kremlin. Em vez disso, a União Soviética contribuiu, para o fim da Guerra Fria, porquê foi do seu interesse (IVANOV, 2000).

A esse respeito, em 9 de fevereiro de 1990, durante as tratativas sobre uma possível reunificação da Alemanha, no Hall Saint Catherine, no Kremlin, em Moscou, o presidente Gorbachev fez concessões surpreendentes ao então Secretário de Estado norte-americano Jack Backer, as quais a URSS não só retiraria os mais de 370.000 soldados estacionados na Alemanha Oriental, como permitiria a reunificação de uma Alemanha remilitarizada e integrada a uma aliança militar hostil, a OTAN (ZHEBIT, 2019).

Acerca do assunto, Jack Matlock, então embaixador estadunidense em Moscou e testemunha da dissolução da URSS, declarou:

Gorbachev podia ter desempenhado o papel de atrapalhador nas negociações sobre a unidade alemã e ter aprimorado o seu prestígio político em casa [...] Ele tinha 370 mil tropas na Alemanha Oriental, e nem os

alemães, nem a OTAN, como um todo, poderiam ter usado a força para expulsá-lo. Foi sobremaneira importante para a estabilidade do Estado unido da Alemanha que os soviéticos concordassem com o arranjo e a retirada das tropas soviéticas da *Länder* Oriental. Foi sobremaneira importante para a Alemanha e para a OTAN que a União Soviética abrisse mão das reivindicações aos direitos especiais ao solo alemão e reconhecesse o direito da Alemanha de escolher livremente suas alianças. Gorbachev podia ter engrossado a voz e ter recusado a participar dos arranjos. Se ele o fizesse, os alemães enfrentariam o dilema— ou se tornar membro da OTAN, ou se unirem, mas não as duas coisas juntas (CITADO por ZHEBIT, 2019, p.431).

Neste contexto, apesar das negativas soviéticas sobre a reunificação da Alemanha sob as bases da OTAN, quando na figura do ex-chanceler alemão Helmut Kohl, se aventou a possibilidade de auxílio econômico para a URSS e partir da promessa, embora sem respaldo formal, de que não haveria expansão da OTAN rumo aos países do recém finado pacto de Varsóvia e tampouco haveria emprego de infraestrutura militar na Alemanha Oriental, Gorbachev deu o aval (ZHEBIT, 2019).

Segundo consta em Zhebit, (2019), é extensa a lista de declarações de líderes Ocidentais acerca das garantias dadas à União Soviética sobre o compromisso da OTAN de não se expandir a leste, após a incorporação da Alemanha Unificada:

O Secretário de Estado James Baker (09/02/1990) apud Zhebit (2019) declarou: “[...] se os Estados Unidos mantiverem sua presença na Alemanha, não haverá nem uma polegada do alargamento da jurisdição ou da presença militar da OTAN em direção ao Leste”; o Chanceler alemão Helmut Kohl (10/02/1990) apud Zhebit (2019): “Consideramos que a OTAN não deve expandir a esfera de sua ação”; o Primeiro-ministro britânico John Major (06/03/1991) apud Zhebit (2019): “não prevê condições, atualmente e no futuro, sob os quais os países da Europa do Leste possam aderir a OTAN”; François Mitterrand (25/05/1990) apud Zhebit (2019): “[...] as fronteiras avançadas da OTAN [...] não devem se projetar para a parte Oriental da futura Alemanha unificada.”

Ademais, para além das promessas de auxílio econômico e do fato de que a infraestrutura militar bem como as tropas da OTAN não avançariam rumo aos países do antigo de Pacto de Varsóvia. A política externa soviética, intitulada “Novo Pensamento”, articulava a construção de uma Nova Ordem de segurança europeia, marcada pelo fim da Doutrina Brejnev e a partir da edificação da “Casa Comum Europeia”, cujo projeto seria vinculado aos Acordos de Helsinque de 1975 e tinha como intuito transformar a então Conferência de Segurança e Cooperação Europeia (CSCE), desde 1994 denominada OSCE, como a principal organização regional no que tange a temas sensíveis relacionado à paz e a segurança no continente. Nessa

organização Pan Europeia, na qual Canadá e EUA também estavam incluídos, a URSS seria co-arquiteta e em pé de igualdade com europeus e norte-americanos. Da mesma forma que continuava a atuar na ONU, em âmbitos globais sobre os mesmos temas (LOUREIRO, 2014).

Sob a ótica russa a Guerra Fria terminou em 1989, e conforme dito anteriormente através de cooperação mútua entre as superpotências. Deste modo o ano de 1989 é ponto de partida para a construção de uma nova ordem internacional pós-conflito. O discurso de Gorbachev no Conselho da Europa, sob a “Casa Comum Europeia” é inclusive no mesmo ano (SUSLOV, 2016). Ademais, mesmo após a dissolução da União Soviética, conforme fica demonstrado a partir primeira Formulação de Política Externa da Federação Russa de 1993 (Concept, 1993) e expressa nas formulações seguintes, o fim da Guerra Fria não implicou em derrota da Rússia, enquanto herdeira da URSS, tampouco significou a rejeição, conforme mencionado anteriormente de seu status e papel de grande potência. O país continuava a defender os seus interesses no espaço pós-soviético, denominado pelo Kremlin de exterior próximo, como vitais. Advogava pela primazia da OSCE, enquanto principal e único órgão pan-europeu para discussão sobre segurança no continente, além de herdar da URSS a cadeira cativa no CSNU e seu arsenal bélico, em especial seu aparato nuclear.

2.2 Principais pressupostos da política externa russa

Segundo Suslov (2016) os princípios norteadores da política externa auxiliam na determinação de suas linhas mestras e contribuem para a compreensão do analista no que tange à sua lógica e seus meios de ação. Deste modo, o autor divide esses pressupostos em duas categorias: são as variáveis dependentes e independentes.

Independente – são princípios que refletem a continuidade da política externa russa, expressos pela sua filosofia de ação, seu propósito estratégico, os quais são moldados por diversos fatores tais como a história, identidade russa, a geografia, tradição e cultura.

Dependente - são variáveis que explicam a mudança, as razões pelas quais, em dada circunstância há adoção de uma política de maior aproximação russa com o Ocidente e em outras ocasiões há a adoção de uma postura mais acerba

Deste modo a correlação destas variáveis dependente e independente permite compreender como são traçados os rumos da política exterior no país.

2.3 - Os Aspectos de Continuidade – Como a Rússia enxerga seu status e papel desempenhado no teatro das relações internacionais?

A percepção Russa sobre seu status e sua posição no sistema internacional está centrado no que (LO, 2014) denomina de “strong abiding sense of historical entitlement”, ou seja, para o Kremlin a inspiração e justificação para sua reivindicação de seu status de grande potência encontra eco no legado da Rússia Imperial czarista e da Rússia Soviética. Se no passado falava-se no Direito Divino dos Reis, para a Rússia o sistema internacional opera sob o “Direito Divino das Grandes Potências”. (LO, 2014). A Rússia se coloca com um polo independente em um sistema multipolar em construção. Portanto, um ator indispensável no sistema, tanto regional quanto globalmente. Segundo Lavrov (2018), o filósofo político Nikolai Berdyayev (1874-1948) afirmava que a grande missão histórica do país é ser uma ponte entre o Ocidente e Oriente. Portanto, na atual conjuntura, um contrapeso geopolítico entre os Estados Unidos e a China.

Lavrov (2018) ao citar Nikolai Berdyayev assevera que o status de grande potência constitui a essência da identidade nacional russa, mesmo em períodos de desafios e dificuldades. Destarte, este entrelaçamento entre o status de superpotência e identidade nacional pode ser evidenciada nos discursos de altas autoridades, em diferentes momentos históricos e oriundos de estruturas políticas e matizes de pensamento distintas. A esse respeito, no século XVIII, período de crescente influência russa no cenário europeu, durante o reinado de Catarina a Grande, o então chanceler russo Alexander Bezborodko, conforme citado por Lavrov (2018, p.5) declarou: “Not a single cannon in Europe cannot be fired without our consent”. Em outras palavras, nenhuma discussão sobre guerra e paz, no principal teatro de operações das relações internacionais à época, a Europa, poderia ficar isenta ao crivo russo (LAVROV, 2018).

Tal situação se seguiu no século seguinte, no chamado período dos “100 anos de paz” (1815-1914), no qual o país era membro ativo do Concerto de Nações que dava as cartas em matérias de paz e segurança global. Dado seu poderio territorial, demográfico e militar, a Rússia imperial, era considerada um contrapeso geopolítico na Europa continental, e as ações russas para balizar o equilíbrio de poder no continente, renderam ao czar Nicolas I (1825-1851), o título de “Gendarme de l’Europe”. No século posterior, em um mundo não mais dirigido por uma oligarquia

global, mas regido por uma estrutura bipolar, Andrei Gromyko, chanceler russo para assuntos externos, à semelhança de seus antecessores de outrora, proclamou que nenhum assunto sensível no plano internacional, sobretudo em temas sobre o uso da força na cena internacional, pode ser levado a cabo sem o consentimento ou em oposição a URSS (LAVROV, 2018).

Ademais, já em 1993 na ocasião da primeira formulação de política externa da Rússia pós-soviética, mesmo que o espírito do tempo tenha sido outro, a percepção russa quanto a sua identidade nacional e seu lugar no sistema internacional continuava inabalável:

to achieve the equal and natural incorporation of the Russian Federation into the world community as a great power that boasts a centuries-long history, unique geopolitical situation, considerable military might, and significant technological, intellectual and ethical capacities. (CONCEPT 1993, p.27)

O ministro de política externa a época Andrei Kozyrev, em artigo de 1993 intitulado “Strategic Partnership”, p.197, reforçou a ideia: “Russia is destined to be a great power”. It emerged as a great power from all the major historic cataclysms it has had to go through. And it will undoubtedly thus emerge again once the country overcomes its current crisis”. No segundo mandato da administração Yeltsin, o ministro Yevgeny Primakov declarou de modo análogo ao seu antecessor. O ministro asseverou que apesar das presentes dificuldades, a Federação foi, é e continuará sendo uma grande potência, e, por conseguinte a política externa do país deveria estar em consonância com este fato (ZHEBIT, 2019). Com ascensão de Vladimir Putin, o novo presidente à época, abraçou a ideia, a persecução e o reconhecimento da Rússia enquanto grande potência como um dos pilares do exercício de política externa desde então. Tal percepção do seu status e posição no sistema internacional é manifesta nas formulações de política externa de 2000 e 2008. Enquanto que a formulação de 2016, de maneira análoga aponta: “to consolidate the Russian Federation’s position as a center of influence in today’s world” (CONCEPT, 2016, p. 2).

Por conseguinte, haja vista as várias declarações a esse respeito em diferentes momentos históricos, por diferentes regimes, expressos em documentos oficiais, reitera-se que a aspiração e a percepção russa de seu status e lugar no sistema internacional como grande potência não está restrita ao um político ou grupo político específico. É, por outro lado, percebida pelo público em geral, como parte integrante da identidade nacional russa, enquanto âmago desta. Conforme exposto:

The majority of the people and the political elite would like Russia to be respected in the world, which explains the noticeable growth of great power sentiments in society and growing interest for discussions of "sovereign democracy", "energy superpower" and other related issues conducted by political analysts and experts (GVOSDEV, 2008, p.2)

De acordo, Gvosdev, (2008), o comentarista russo Alexey Pushkov, em fórum de discussão dentro da reunião de cúpula do G-8 em 2006 identifica três fatores, que segundo sua visão respaldariam a inclusão da Rússia no rol das grandes potências. O primeiro fator está relacionado a tradicional definição de grande potência em virtude do seu vasto poderio bélico, convencional e nuclear, e conseqüente, capacidade de engajamento em um conflito de larga escala. O segundo fator a importância russa no crescimento e progresso da economia global, dado suas vastas reservas de recursos naturais, sobretudo petróleo e gás natural, o qual é importante elemento geopolítico e geoestratégico. O terceiro fator estaria relacionado, ao fato da Rússia ser um ator indispensável, em parte também devido a sua posição geoestratégica para solução de conflitos em âmbito global.

Todavia, é importante salientar que isso não significa dizer que o país deva ou possa intervir em todo e qualquer conflito, como será demonstrado, os interesses russos são racionais, objetivos e limitados (SWITZER, 2017). O que se pretende denotar é que nenhuma solução efetiva pode ser alcançada, como por exemplo acerca do programa nuclear iraniano e norte coreano, a estabilização no Afeganistão, bem como o desfecho do conflito na Síria, sem a aquiescência e participação ativa de Moscou (Gvosdev, 2008). Ou seja, o entorno russo é parte definida de seus interesses estratégicos.. Deste modo, conforme afirma Suslov (2016) a antiga máxima romana "Quod licet Jovi, non licet bovi", traduzindo segund

o o léxico orweliano, de que no sistema internacional os Estados são iguais, mas alguns são mais iguais que outros, não encontra eco em Moscou. O status de grande potência, conforme demonstrado, é um fato incontornável e está arraigado na noção prima de identidade nacional e definida em termos de sua importância territorial, demográfica, pelo seu capital humano pela sua influência em assuntos globais (GVOSDEV, 2008).

2.4 - Os aspectos de continuidade – a Visão Hobbesiana das Relações Internacionais

A Federação Russa, país de dimensões continentais, cujas fronteiras estendem-se da Noruega, na Europa, a Coreia do Norte, na Ásia do Leste, estabeleceu, já no início dos anos de 1990, uma política externa assertiva sobretudo no que tange aos países situados em seu “exterior próximo”. Isso se revela por meio de documentos oficiais, a primeira formulação de política externa em 1993, bem como o decreto presidencial em 1995, na administração Yeltsin em que se enfatizava o caráter crucial, que o espaço pós-soviético – composta pelos países CEI² que representavam em matéria de segurança e estabilidade nacional russa. Isso fica explícito no envolvimento russo, nos conflitos na Geórgia em torno dos territórios da Ossétia do Sul e da Abcásia, no conflito entre Armênia e Azerbaijão em torno da região de Nagorno karabakh e na Moldávia em torno da região da Transnístria no começo dos anos 1990 (GOTZ, 2015).

À época, Putin, futuro mandatário do país, era um oficial russo pouco conhecido, sem acesso aos corredores do poder, que retornara à Rússia, de seu posto militar em Dresden, na Alemanha Oriental, havia pouco tempo. Ainda assim, o governo em Moscou deu mostras explícitas de que o oriente próximo, sob a perspectiva russa, era uma área de influência do país. Assim como, analogamente a América Latina o era no escopo da Doutrina Monroe (GOTZ, 2015).

Destarte, as formulações da Doutrina Militar de 1993 e 2000, por exemplo qualifica como ameaça básica, a expansão de blocos e alianças militares empreendidos ao arripio dos interesses russos. O Conceito de Segurança Nacional de 1997 e 2000 atribui que a expansão da OTAN e uma possível instalação de infraestrutura militar é inaceitável e constitui uma ameaça à segurança nacional. Na formulação da política externa de 2008, complementa e ressalta a referida ameaça à luz da objeção veemente em relação a uma eventual admissão da Ucrânia e Geórgia na OTAN. Ao passo que o Conceito de Segurança Nacional de 2015, para além das questões citadas, revela a preocupação do Kremlin, a acerca das novas tarefas que a OTAN, atribuiu a si mesma, como gestora de crises, e que por diversas vezes ocorreram ao largo do direito internacional.

² CEI – comunidade dos Estados Independentes, organização para cooperação inter-regional em diversas áreas e que reuniu 12 das 15 repúblicas oriundas da dissolução da URSS.

Neste sentido, quando a ideia de expansão da aliança militar do Ocidente foi ventilada pela primeira vez, a Rússia enfatizou reiteradas vezes que tal fato representava uma ameaça aos interesses de Moscou. Todavia, a inquietação russa sobre o alargamento da OTAN, não se deve apenas pela percepção de ameaça, movida por imperativos geopolíticos (GOTZ, 2015). Tal ação é também uma rejeição por parte do Ocidente do status russo de grande potência e, portanto, nega ao país a possibilidade de construção de uma estrutura de segurança conjunta que permita a salvaguarda dos interesses russos, o reconhecimento mútuo e igualdade diplomática nas relações entre o Ocidente e Moscou (SUSLOV, 2016).

Neste modo a rotulação das ações e intenções do Kremlin, a partir dos anos 2000, como uma espécie de nostalgia imperial apregoada por uma política externa expansionista e agressiva é contradizente ao que foi exposto e cuja base argumentativa é frágil (LYNCH, 2001). Uma análise mais apurada da política externa revela sua conformidade com as premissas do realismo defensivo.

Nesta perspectiva, o sistema internacional é metaforizado pelo estado de natureza hobbesiana, ou seja, concebido a partir de um arranjo anárquico, em cujas condições prevalecem a incerteza, a insegurança e a guerra em potencial. Portanto, nesse cenário, a vida é, “embrutecida, miserável, solitária e curta”. Assim, conjecturando uma iminente agressão e levando em conta a plena capacidade de aniquilação do outro em uma “*bellum omnes erga omnes*”, o Estado, que é o lobo do próprio Estado, é compelido a agir egoisticamente de modo a assegurar a sua própria sobrevivência (SARDENBERG, 2013).

Destarte, uma política externa sob a ótica realista defensiva, prioriza segurança, a qual é maximizada com estabelecimento de um equilíbrio de poder que torna o sistema internacional mais estável. Nessa perspectiva a projeção de poder é uma ferramenta de defesa do status quo, de restauração do equilíbrio e não um instrumento de sustentação de uma política expansionista. Nesse sentido, o poder atua para coibir os excessos do próprio poder. Switzer (2017) concorda com tal perspectiva ao dizer que a política externa russa, é racional, seus objetivos limitados e oriunda da salvaguarda legítima de sua segurança. Na mesma linha Robert Person apud Switzer (2017) afirma que a política externa russa é consoante com o realismo defensivo, pois o seu objetivo ulterior é a maximização de sua segurança e não de poder.

Por outro lado, (Lavrov, 2018) aponta que de modo geral o Ocidente, interpreta de maneira errônea tal caráter realista defensivo da política externa russa. Nesse sentido, o autor afirma que Moscou é frequentemente acusado de revisionismo e de supostas tentativas de destruir o sistema internacional em voga, como se, tivesse sido a Rússia, a responsável, em 1999, pelo bombardeamento da ex-Iugoslávia, ao arrepio da Carta da ONU e dos Acordos Helsínki ; como se tivesse sido a Rússia a responsável por ignorar aos relatórios da própria ONU que não encontraram evidências sobre existência de armas de destruição em massa e à revelia do Conselho de Segurança (CSNU) invadiu o Iraque em 2003; ou como se tivesse sido a Rússia a responsável por distorcer uma resolução do Conselho de Segurança, em 2011, a fim de invadir a Líbia e derrubar seu líder Muammar al-Gaddafi.

Ademais, Lavrov apud Götz (2015) afirma que a Rússia é acusada de praticar uma política externa, obsoleta, oriunda de uma mentalidade dos tempos de Guerra Fria que divide o mundo em zonas de influência. Todavia conforme ressalta o autor o que constitui a parceria oriental, se não uma tentativa de expandir a zona de influência da União Europeia a leste. Deste modo, segundo o autor essa lógica sugere que no tocante as questões internacionais há alguns Estados que são mais iguais que outros.

A esse respeito, Götz (2015) aventava a hipótese acerca do que aconteceria se a Rússia ou mesma a China propusessem um acordo de associação com o Canadá. E que esse acordo de associação tivesse sido celebrado por um governo de transição, o qual aos olhos de Washington ascendeu ao poder com a assistência de uma potência estrangeira. Ademais, imagine que Moscou ou Beijing, após terem estabelecido várias bases militares no Caribe, as quais a Casa Branca se mostrou veemente contra, agora discute a instalação de infraestrutura militar na província canadense de British Columbia. Nesse cenário, o argumento que justificaria a ação por parte da potência estrangeira se dá pelo fato que embora tenha havido grandes avanços em termos logísticos e de tecnologia militar, a influência da geografia continua pronunciada. Permanece um fato, portanto que a projeção de poder cresce conforme a proximidade.

Dito isso, Götz (2015), aponta que não é preciso ser Nostradamus para conjecturar que os Estados Unidos a ação empreenderiam grandes esforços para repelir a China, Rússia ou quem que fosse que tentasse projetar poder no hemisfério Ocidental. A mesma lógica se aplica a Rússia e ao seu exterior próximo.

Nesse sentido nenhum país plenamente soberano, em termos de sua política externa e defesa, seria desejoso de presenciar a instalação, por outros países hostis a este, de infraestrutura militar, como bases militares, escudos antimísseis, radares, estacionamento de tropas, próximo as suas fronteiras. Tampouco, estariam inclinados a aquiescer sobre a formação de aliança militares clientelistas entre países situados em suas imediações e potências estrangeiras rivais. A Rússia não é exceção a essa regra (GOTZ, 2015). A esse respeito, o ministro de relações exteriores russo Sergei Lavrov argumenta:

Once again, we are not seeking confrontation with the United States, or the European Union, or NATO. On the contrary, Russia is open to the widest possible cooperation with its Western partners. We continue to believe that the best way to ensure the interests of peoples living in Europe is to form a common economic and humanitarian space stretching from the Atlantic to the Pacific so that the just created Eurasian Economic Union could become a connecting link between Europe and the Asia-Pacific region. We are trying to do our best to overcome obstacles on this way, including the implementation of the Minsk accords to settle the Ukraine crisis provoked by the coup in Kiev in February 2014. (LAVROV, 2018 p.4)

Por conseguinte, ainda segundo Lavrov (2018), esse argumento acerca de um suposto revisionismo russo na cena internacional, não resiste ao escrutínio e é baseada essencialmente na lógica primitiva de que somente Washington pode ditar o tom sobre questões internacionais.

2.5. O Primado da soberania, da integridade territorial e do direito internacional

A Rússia enquanto polo independente em um mundo progressivamente multipolar, demanda, em virtude do seu status de grande potência, não apenas um assento cativo, como também uma participação ativa na mesa de tomada de decisão, em âmbito global. Portanto, como membro deste Concerto de Nações, de facto e de jure, o país procede a partir de pressupostos, por meio dos quais, assevera que o uso da força ao largo da Carta das Nações Unidas não apenas é ilegal como representa uma ameaça à estabilidade de todo o sistema de relações internacionais. Deste modo, toda e qualquer tentativa de se introduzir no léxico internacional conceituações como: “soberania restringida”, “intervenções humanitárias”, “responsabilidade de proteger” ou “responsabilidade ao proteger” a fim de justificar ações unilaterais que ocorram à revelia do Conselho de Segurança da ONU são inaceitáveis (CONCEPT, 2000).

Dito isso, desde o primeiro Conceito de Política Externa Russa, de 1993, é expressa a primazia do direito internacional sobretudo no que concerne a defesa da

soberania, da integridade territorial e a centralidade do CSNU, enquanto único órgão legítimo e autorizado pela comunidade internacional a atuar em questões sobre paz e segurança internacional. (LIGHT, 2015). Neste contexto, conforme aponta Zhebit (2019), na ocasião de uma visita oficial aos Estados Unidos, o primeiro ministro russo Primakov (1998-1999) questionou, por telefone, o então vice-presidente americano Al-Gore, sobre um eventual bombardeamento da Sérvia, por tropas da OTAN. Tal informação não confirmada, tampouco desmentida pela alta autoridade norte-americana acarretou o cancelamento do encontro e o retorno sumário a Moscou, antes mesmo de chegar ao destino final. O episódio ficou conhecido como “Volta ao Atlântico”. A OTAN, uma aliança militar de caráter defensivo, agiu fora do seu escopo geográfico e guiada pelo mecanismo de imposição da paz, previsto no capítulo VII da Carta das Nações Unidas, todavia sem a chancela do CSNU, cometeu um ato de agressão armada a um Estado soberano (ZHEBIT, 2019).

A esse respeito, o então ministro das relações russo Igor Ivanov pontua que não resta dúvida de que não se pode ficar indiferente diante de graves violações de direitos humanos. O ministro, ainda acrescenta que crises humanitárias podem ameaçar tanto a estabilidade regional quanto global. Todavia, a utilização de mecanismo que minam os aspectos mais fundamentais da lei internacional, mesmo ao lidar com direitos humanos, é inadmissível. O desrespeito aos princípios basilares da soberania e da integridade territorial proclamados pela Carta das Nações Unidas, podem acarretar severas consequências, como a erosão do sistema de segurança convencional, sob a égide do CSNU, e o completo caos nas relações internacionais. Ademais, tais medidas podem acarretar resultados não pretendidos, como a exacerbação de tensão em território alvo da intervenção e causar mais mal do que bem à mesma população que se deseja proteger (IVANOV, 2000). Deste modo, a Rússia, segundo Zhebit (2019) considerou o bombardeamento da Sérvia, na província autoproclamada independente do Kosovo, como divisor de águas. Na leitura de Moscou, o bombardeamento da Sérvia criou um precedente perigoso através do qual, sob o fito de intervenções humanitárias, justifica-se a intervenção nos assuntos internos dos países e mina, através de ações unilaterais de Estados ou grupos de Estados, a autoridade das Nações Unidas no tocante a salvaguarda da paz e segurança internacionais (ZHEBIT, 2019).

Em suma como exposto a seção do Conceito de Política Externa, de 2008, intitulado, “A Supremacia do Direito Internacional nas Relações Internacionais”, bem

como a última versão do Conceito de Política Externa em 2016 asseveram que a Rússia sempre respaldará seus esforços no fortalecimento das normas jurídicas das Relações Internacionais e se oporá a toda e qualquer iniciativa de Estados ou grupos Estados que tentarem revisar ou desafiar as normas comumente aceitas do direito internacional.

2.6 “Os ventos da mudança”– A Percepção Russa sobre o ambiente externo: riscos e oportunidades.

Deste modo, segundo Suslov (2016), o status russo e seu papel enquanto grande potência são variáveis independentes, que estão fora de discussão e, portanto, algo que o país não está disposto a barganhar. Todavia quais são os métodos e políticas específicas que a Rússia deve empregar a fim de preservar sua posição enquanto grande potência?

Ivanov (2000) revela que na história da diplomacia a essência da continuidade da política externa tem sido generalizada pela fórmula: “não há amigos ou aliados permanentes, mas apenas interesses permanentes”. Nessa linha, Primakov (2000, p. 208) complementa ao dizer que: não há “adversários permanentes”, mas há “interesses permanentes”, que não devem ser sacrificados, quer em prol da “luta contra adversários permanentes”, quer em defesa de “aliados permanentes”.

Isso equivale a dizer, segundo ambos os ministros das relações exteriores do governo Yeltsin, que os interesses são sempre permanentes, mas os meios para atingi-los são derivados do momento histórico em que o país está inserido. Decorre, portanto, da percepção russa da estrutura do sistema internacional, da distribuição de poder e dos riscos e oportunidades inerentes a ela.

A Rússia pós-soviética, sob a administração de Yeltsin, tem em seu primeiro mandato, Andrei Kozyrev, como chefe da diplomacia (1992-1996). Tanto Kozyrev, quanto os seus sucessores se depararam com a mesma questão citada acima, como garantir o status e papel da Rússia enquanto grande potência? Observa-se no conceito de política de russa de 1993, que o revigoramento da economia russa era percebido como elemento chave para resguardar o status de grande potência do país em um sistema ainda percebido como unipolar. Todavia, sob a ótica realista, conforme já exposto, a unipolaridade é um arranjo instável e que não se sustenta no médio e longo prazo dado a pressão oriunda dos centros de poder emergentes sobre o hegemon (WALTZ, 1979). A essa conjuntura internacional efêmera, Krauthammer

(1990) dá o nome de “momento unipolar”. Portanto, analisando a distribuição de poder, assim como os riscos e oportunidades oriundos deste momento unipolar neste momento histórico, fez com que a política externa russa se orientasse para o Ocidente.

Nesse sentido essa política externa de maior proximidade com o Ocidente, denominada por Kozyrev (1993) como parceria estratégica, possui algumas diretrizes. No campo econômico Moscou fazia uso das relações mais amistosas com o Ocidente para obtenção de apoio político e diplomático, na obtenção de empréstimos em organização multilaterais, como o Grupo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (KOZYREV, 1993).

Outrossim, buscava apoio diplomático para adesão do país a Organização Mundial do Comércio, além de se utilizar dessa mesma influência para eliminar as medidas comerciais discriminatórias contra produtos russos. Além do reconhecimento da relevância do potencial da economia russa no advento das medidas liberalizantes e o incentivo Ocidental ao investimento direto externo no país (CONCEPT, 1993). Portanto, Kozyrev (1993), assim como o establishment russo eram conhecedor das dificuldades oriundas dos novos tempos, a parceria estratégica não se tratava de alinhamento automático, mas sim de uma abordagem pragmática visto que a revitalização da economia era um dos pilares para manutenção da identidade nacional russa como grande potência. Um outro pilar se deu no âmbito da segurança tanto no âmbito regional quanto local. Relações mais amistosa, permitiria à Rússia a celebração de tratados com os Estados Unidos para redução de armamento estratégico, como START I, START II. Ademais, como a parceria devia se orientar pelo mútuo respeito, buscava o reconhecimento pelos europeus do caráter prioritário para segurança russa, de seu exterior próximo, assim como advogava pela criação de uma estrutura de segurança europeia, fazendo da OSCE, o principal fórum para discussão da paz e segurança no continente. Assim atribuiu-se a ONU, o mesmo caráter, em âmbito global (KOZYREV, 1993).

Nesse contexto, a substituição de Andrei Kozyrev por Evgenii Primakov como ministro das Relações Exteriores, em janeiro de 1996, é amplamente referenciada como uma mudança de política externa russa, do plano ocidentalista para o plano eurasiático (LYNCH, 2001).

Uma leitura atenta dos fatos, contudo desmistifica a tese amplamente difundida de que houve uma ruptura entre a política externa russa sob Kozyrev e a de Primakov.

Não houve reavaliação das linhas mestras da política russa, a visão do status da Rússia, como polo independente em contexto de transição da unipolaridade para a multipolaridade permaneceram objetivos importantes. Assim como, os constrangimentos oriundos da estrutura do sistema internacional, pautado ainda pelo momento unipolar e associado às fragilidades internas que diminuiriam as margens de ação. Neste contexto, portanto, buscou-se asseverar os interesses russos, sem cair na dupla armadilha: ao evitar uma postura abertamente confrontacionista ou de completa subordinação às ações ocidentais (LYNCH, 2001).

A esse respeito, segundo ZHEBIT (2019), com relação a expansão da OTAN rumo a Europa Oriental, nos anos de 1990 os formuladores de política externa se deparam, sobretudo com três opções: (a) boicotar a expansão e não manter relações com o bloco; (b) reconhecer a expansão e estabelecer um status legal internacional para engajamento com o bloco; (c) resistir a expansão, mas negociar com a OTAN a fim de mitigar os riscos à sua segurança e ameaças aos interesses do país. Segundo Zhebit (2019), Primakov compreendeu que a opção mais adequada neste momento histórico seria a opção c.

Com a ascensão de Putin, ao poder e sobretudo a posteriori, quando as tensões com Estados Unidos se agravaram, vários analistas de política externa, assim como informações veiculadas em boa parte da cobertura jornalística, conforme dito anteriormente, chegaram a considerá-lo antiocidental. Todavia, uma leitura mais apurada dos fatos expõe as bases precárias deste argumento. A postura do Kremlin foi guiada pelos mesmos pressupostos elucidados anteriormente (SEGRILLO, 2011).

Os mesmos princípios supracitados que revelam tanto continuidade quanto a adaptabilidade da política externa pautada pela análise sobre os riscos, ameaças e oportunidades advindos do cenário internacional também se mostra marcante. A esse respeito, o ministro das relações exteriores russo, no primeiro mandato do presidente Putin revela: “An important quality of the new Foreign Policy Concept is that it is not of a declarative character; instead, the aims it postulates are quite realistic and achievable. Nor does it reorient Russia’s foreign policy course in a cardinal way” (IVANOV, 2000, p.237).

Desse modo, a leitura russa sobre os riscos, ameaças e oportunidades - nos primeiros anos do novo governo e no contexto dos ataques de 11 de setembro de 2001, no conseqüente lançamento da “Guerra ao Terror”, e em uma conjuntura internacional ainda marcada pelo momento unipolar - sugeria que a melhor forma de

avançar os interesses de política externa Russa se daria através de uma política de maior proximidade com Washington e Bruxelas (SEGRILLO, 2011).

Destarte, esta política de maior proximidade com os EUA foi evidenciada pelo resolutivo endosso russo aos esforços empreendidos pelos norte-americanos em sua guerra global ao terror. O país não apenas permitiu que aviões de suprimentos sobrevoassem o espaço aéreo russo, a caminho do Afeganistão, como houve um considerável compartilhamento de informações confidenciais antiterror entre os dois países. Ademais, Moscou aquiesceu a instalação de bases militares no Uzbequistão, Quirquístão e Tajiquístão, situados em espaço geopolítico russo sensível, na Ásia Central. Além disso, em virtude das enormes reservas de recursos naturais sob território russo, o país buscou a avançar a ideia de um fornecedor de energia mais estável e confiável, longe da volatilidade política de seus pares no Oriente Médio (KRICKOVIC e PELLICCIARI 2021).

No que diz respeito às relações com a União Europeia, continuou a insistir na elaboração de uma estrutura de segurança pan-europeia, aos moldes já explicitados e advogou também pela convergência dos interesses a partir do aprofundamento da interdependência econômica entre ambos (KRICKOVIC e PELLICCIARI 2021).

Outro exemplo dessa maior proximidade da política externa russa com relação ao Ocidente, segundo Segrillo (2011) foi decorrente da ascensão de Barack Obama à Casa Branca. No período anterior, sobretudo no final do segundo mandato do governo de George Bush, a postura russa em relação aos EUA se tornou mais acerba. Em especial, devido aos projetos da OTAN de construção de um escudo antimísil nos territórios da República Checa, Hungria e Polônia, além dos desdobramentos das chamadas revoluções coloridas, vistas o sob os olhos do Kremlin como episódios antirrusos. O novo governo ascendente deu mostra de adotar políticas menos conflitivas, como a revogação por tempo indeterminado da construção dos escudos antimísseis, assim como adotou um tom mais moderado sobre as ações russas. Conforme Segrillo aponta: “A isso o governo russo respondeu com linguagem cooperativa e aproximativa”.

Para Richard Sakwa (2021) conforme citado por Krickovic e Pellicciari (2021), os líderes russos, de Gorbachev a Putin empreenderam consideráveis esforços em prol de maior cooperação com Ocidente. Contudo, como já explicitado a parceria deveria ser uma via de mão dupla resultado de um processo de transformação mútua. Em contraste, a contraproposta do Ocidente oferece apenas uma margem pequena

de ação e do ponto de vista russo, isso é inaceitável, pois significaria rejeitar o seu status de grande potência. Somado a isso, Krickovic e Pellicciari (2021) adiciona uma importante contribuição: A crise da Ucrânia, 2014, jogou uma pá de cal no projeto integracionista aspirado por Moscou da “Greater Europe”. Desde de então os formuladores de política russa começaram a elaborar um novo projeto de parceria global e região que coloque a Rússia no centro das relações internacionais.

É importante salientar que a reorientação da política externa russa em direção a Eurásia não é uma reação ao estremecimento das relações com seus pares Ocidentais. É, conforme exposto, resultado da percepção russa de risco e ameaças. Advinda da visão de um mundo progressivamente mais multipolar no qual a tendência, é o deslocamento, já em curso, do centro de gravidade geopolítico do Atlântico para o Pacífico (SUSLOV, 2016).

Neste sentido o eixo da política russa desloca-se da “Greater Europe” para a Greater Eurasia – esta última transcende o espaço pós-soviético e engloba países de relevância global e/ou regional como China, Índia, Turquia, Irã, entre outros. Tal reorientação de política externa para Lukin e Novikov’s (2021) conforme citado por Krickovic e Pellicciari (2021), servirá aos interesses econômicos do país. Auxiliará no desenvolvimento da região do extremo Oriente russo, além propiciar maior acesso, aos seus produtos agrícolas e manufaturados, a mercados emergentes dinâmicos e expansão no continente asiático. Portanto, isso ajudará o país a diversificar sua matriz de exportação e a reduzir a atual dependência da balança comercial da exportação de combustíveis fósseis. Além disso, auxilia a Rússia no seu intento de promover seu status de grande potência, pois possibilita a construção de uma estrutura regional de segurança, o país torna-se um ator indispensável na resolução de controvérsias, em igualdade de condições com os outros polos.

Nesse sentido, conforme o eixo geopolítico se desloca da região Euro Atlântica para região da Ásia-Pacífico, de acordo com Yefremenko (2016) conforme citado por Krickovic e Pellicciari (2021), o prognóstico russo é que a ascensão da China global e regionalmente é uma inevitabilidade histórica. Deste modo, para Bordachev (2015) conforme citado por Krickovic e Pellicciari (2021) ao incluir as demais potências regionais e estabelecer discussões em um fórum de formato multilateral para tomada de decisão em concerto, o projeto da “Greater Eurasia, se torna um contrapeso contra a crescente influência chinesa em âmbito tanto regional quanto global. Para Karagov (2018) conforme citado por Krickovic e Pellicciari (2021), a Organização para

Cooperação de Shangai, adquiriria um papel central e seria a base de operação desse eventual projeto geopolítico capitaneado pelos russos, Greater Eurasia.

Evidentemente a Greater Eurasia é um projeto recente, incipiente e que enfrenta muitos obstáculos e ainda não está claro se a Rússia será capaz de torná-lo realidade, o futuro dirá. Dito isso, não se pretende esgotar o assunto, o intuito foi apenas demonstrar que o maior engajamento russo ora com o Ocidente ora com a Eurásia é fruto de sua visão sistêmica das relações internacionais e da sua percepção de riscos, ameaças e oportunidades (KRICRKOVIC e PELLICCIARI 2021).

CAPITULO 3 – Estudo de caso do conflito.

3. O conflito sírio sob a ótica russa, como compreender o Kremlin?

*« L'État ne considère pas les régimes, mais les États »
Charles de Gaulle*

Segundo Lejeune (2013), a percepção francesa sobre a Rússia é herdeira dos relatos do marquês de Custine, em cuja obra “La Russie en 1839” acusava este país de propagar a tirania sob o pretexto de remediar os males da anarquia. Para o autor, no século passado, o regime soviético, sobretudo no contexto da Guerra Fria estão em consonância com essa imagem negativa, e na atual conjuntura é mais uma vez “ le caractère autoritaire de son président, Vladimir Poutine, qui alimente nos fantasmes” (LEJEUNE, 2013, p.2). Destarte a postura de Moscou no que tange ao conflito na Síria é frequentemente associada, na melhor das hipóteses a uma manifestação de seu cinismo e na pior das hipóteses com expressão de uma solidariedade deletéria entre autocratas, que segundo essa visão escandalizam a opinião pública internacional.

Todavia, essas linhas visam essencialmente superar essa visão reducionista, que não se sustenta ao escrutínio, e demonstrar que a postura russa é menos cínica ou excêntrica do que parece. Busca-se demonstrar à luz do conflito sírio a aderência de Moscou aos pressupostos do realismo defensivo. Para tanto, analisa-se as diferentes razões da intervenção russa na Síria, as quais, de acordo com Pichon (2013), podem ser elencadas em três categorias: interesses econômicos e estratégicos, securitários e interesses políticos.

3.1 Os interesses econômicos e estratégicos

As relações comerciais entre a Rússia e a Síria remontam ao período soviético. Menciona-se o fato de que o setor comercial de destaque entre os dois países é o de armamento e que a indústria de defesa tem um peso considerável na tomada de decisão em Moscou. Haja vista que a Rússia forneceu 72% dos armamentos importados por Damasco entre o período de 2007 a 2011. Dito isso, embora o arsenal sírio seja majoritariamente de origem russa, as exportações para Damasco não representam mais que 5% do total exportado por Moscou no período de 1991 a 2011. A Síria figura apenas na 13ª posição entre os maiores importadores de armas russa. Ademais, considerando o volume transacional em geral, as trocas comerciais entre os dois países no período anterior ao conflito eram comparáveis aos da Rússia com Egito

ou Israel, todavia bem inferior ao observado entre Moscou e Ancara. Destarte o argumento do mercado de armas como argumento da posição russa no conflito não se mostra pertinente sobretudo, porque os concedeu perdão de 75% da dívida , à época 9,8 bilhões de dólares, referente aos créditos soviéticos para aquisição de armamentos no período da Guerra Fria (DELITTE, 2017).

Ademais cita-se a intenção do governo do Catar que, em 2009, anunciou um projeto de um gasoduto “sunita” terrestre partindo do Golfo Pérsico passando pela Arábia Saudita, Jordânia, Síria e perpassando a Turquia em direção a Europa. Destarte, esse projeto vai contra os interesses russos visto que o país é o principal fornecedor de gás para Europa. Apesar do governo sírio tenha se manifestado contra o projeto, no período pré conflito, uma eventual queda de Bashar Al-Assad, e ascensão de um novo governo menos simpático a Moscou poderia privilegiar o projeto catariano. Embora o suprimento de energia seja a principal fonte de divisas externas e de representar um importante trunfo geoeconômico e geopolítico o projeto não ameaça a posição proeminente de Moscou no mercado europeu. Isto se deve não apenas a sua ampla vantagem em termos de participação de mercado, 40% contra 5% do país do Golfo Pérsico, como também pela construção de dois gasodutos importantes: o NordStream e o TurkStream, que têm por objetivo consolidar a posição russa no mercado europeu e redirecionar as rotas dos gasodutos russos que ligam os principais centros consumidores, como Alemanha a fim de contornar rivais geopolíticos como a Ucrânia e a Polônia (PICHON, 2017).

No que tange ao plano estratégico, cita-se como um motivo chave para intervenção militar russa na Síria, o fato de ser justamente nesse país, onde está situada a única base militar russa no Mediterrâneo, construída em 1971. Embora seja um importante trunfo geopolítico e em linha com a secular russa de busca pelo acesso a mares quentes, sem a necessidade de cruzar os estreitos de Bósforos e Dardanelos, controlados pelos turcos, a base localizada em Tartus é uma instalação pequena e utilizada para reparo e reabastecimento. Contudo, a base é limitada em escopo visto e bem menor que a base militar americana no Barein onde está situado a 5ª frota da base naval estadunidense. Nesse sentido, para além das operações no Mar Mediterrâneo, o porto pode ser utilizado em operações no Oceano Índico. Não obstante, a importância do porto deve ser relativizada uma vez que a Russa pode fazer uso de outras instalações como a base em Djibuti, situada no chifre da África,

no Golfo de Áden, mais importante e mais bem localizada para operações deste intento (DEJEUNE, 2013).

3.2 Interesses securitários

A esse respeito, o ministro das relações exteriores Sergei Lavrov citado por Delitte (2017) aponta que a Síria é um dos pilares da arquitetura do Oriente Médio e, portanto, sua desestabilização traria severas consequências não apenas para os países em suas cercanias como também para Moscou. O receio do Kremlin é que as instabilidades oriundas do conflito e o resultante esfacelamento do aparato estatal sírio torne o país um prato cheio para o extremismo. Nesse caso, cidadãos russos poderão, eventualmente, serem cooptados a engrossar os batalhões jihadistas e ao retornarem ao país, cometer ataques terroristas, como ocorreu em países Ocidentais como a França e a Bélgica.

Em setembro de 2014, o grupo jihadistas, autointitulado, Estado Islâmico (Daesh) publicizou um vídeo que revelava combatentes russófonos se juntando às fileiras do grupo terrorista que prometia libertar o Cáucaso do Norte. Além disso, desde de 2013 o grupo terrorista “Emirados do Cáucaso”, nascido das cinzas do movimento separatista checheno, incentiva seus membros a combaterem o regime do Bashar al-Assad já que consideravam a Síria, um campo de treinamento ideal para o verdadeiro combate de “liberação” do Cáucaso face a Rússia. O Cáucaso é uma região sensível, com 11 milhões de habitantes localizada, no sul da Rússia, abriga a maior parte da comunidade muçulmana do país e foi palco de duas guerras entre o movimento separatista checheno e o governo central nos anos de 1990, além de ser do movimento separatista a autoria dos atentados terroristas no teatro de Moscou e o ataque a Escola de Beslan, no começo dos anos 2000 (DELITTE, 2017).

Destarte, a presença majoritária de grupos jihadistas de oposição a Bashar al-Assad e ao fato que nos idos de 2015, a derrocada do regime era iminente, a decisão de Moscou de intervir diretamente no conflito para combater o radicalismo islamita constitui-se de um fator não negligenciável. Tal argumento é evidenciado na formulação de política externa russa mais recente:

The growing threat of international terrorism is one of the most dangerous realities in today's world. The spread of extremist ideology and the activity of terrorist groups in a number of regions (primarily, in the Middle East and North Africa) are the result of systemic development problems that globalization processes have laid bare. External interference has also played a major role. (CONCEPT 2016, p.4)

Todavia apesar de estar entre as prioridades de política externa russa, o combate ao terrorismo não constitui um fim em si mesmo, como espécie de uma Guerra Global ao Terror, um instrumento unilateral para mudança forçada de regime e, portanto, ao largo dos princípios vestifalianos basilares. Conforme expresso no Concept (2016), as causas do terrorismo têm raízes profundas, e deve ser combatido por meio de uma sólida fundação legal internacional, baseada na cooperação interestatal, desprovida de qualquer viés político e desta maneira sem aplicar dois pesos e duas medidas, sob o risco de tornar as coisas ainda piores, vide as recentes intervenções Ocidentais no Afeganistão e no Iraque.

3.3 - Interesses políticos

Segundo Pichon (2013), o objetivo principal da diplomacia russa é o respeito à soberania e integridade territorial dos Estados ao princípio de não intervenção nos assuntos internos dos Estados. Neste sentido, para Concept (2000), toda e qualquer tentativa de se introduzir no léxico internacional conceituações como: soberania restringida, intervenções humanitárias, responsabilidade de proteger ou responsabilidade ao proteger a fim de justificar ações unilaterais que ocorram à revelia do Conselho de Segurança da ONU são inaceitáveis.

No contexto na Rússia pós-soviética, essa aversão a mudança forçada de regime é fruto da desconfiança crescente entre as autoridades no Kremlin em relação ao que ficou conhecido como “Revoluções Coloridas” ocorridas no seio do espaço pós-soviético. Este termo denota a mudança de regime por outras vias que não o processual-legal, com apoio popular variável e ocorridas na Geórgia, em 2003, na Ucrânia, 2004, e no Quirquistão em 2005. Embora sob a bandeira de princípios universalizantes tal como a democracia essas revoluções culminaram tão somente na alteração da correlação de forças dentro destes países. Nesse sentido, as instabilidades nesses países não apenas permaneceram as mesmas como foram agravadas, sobretudo analisando o caso ucraniano e georgiano. Deste modo, sob a ótica de Moscou tais revoluções foram percebidas pelo Kremlin como mudanças forçadas de regime sob influência Ocidental e com sérias implicações a estabilidade regional (STEPANOVA, 2017).

Com o advento da Primavera Árabe e a derrocada de vários regimes que se seguiram, essa percepção é reforçada sobretudo pelas intervenções externas, em

particular dos Estados Unidos e seus aliados cujo objetivo era interferir nos assuntos internos dos países e promover a derrubada de regimes considerados, por Washington, como antidemocráticos e violadores de direitos humanos e ao arrepio do Conselho de Segurança, como foi demonstrado na intervenção da OTAN na Líbia. A isso, soma-se as decisões unilaterais com fim último de impor a mudança de regime no Iraque e na ex-Iugoslávia e com graves implicações à estabilidade regional (STEPANOVA, 2017).

Deste modo, Moscou afirma que sua prioridade é a salvaguarda do aparato estatal a fim de evitar o colapso da Síria e que o país não se torne um “failed state” como foi o caso da Líbia após queda de Muammar al-Gaddafi. Trata-se, portanto, de evitar o caos oriundo do desmantelamento da estrutura do Estado e do exército e promover a estabilidade regional (DELITTE, 2017).

Ademais, sob a ótica do Kremlin o regime de Bashar al-Assad é a forma mais viável de garantir a estabilidade do Estado Sírio, por isso é apoiado. Mas isso não significa que o apoio ao regime será eterno. Há um entendimento em Moscou de que o regime de Bashar al-Assad acabará, no futuro, deixando o poder. Mas isso deve ser resultado de um processo interno inclusivo na Síria e não resultado de uma imposição externa. Destarte, esta postura está em linha com a política externa russa, de viés waltziniano. Portanto é estratégica, racional, não leva em consideração aspectos morais e tampouco tal postura é baseada numa lealdade infundável ao regime ou à pessoa de Bashar al-Assad. O apoio conferido ao Estado Sírio converge com a postura realista da política russa e percepção de riscos e ameaças no sistema internacional (DELITTE, 2017).

3. 4 - Quais os impactos da intervenção russa na Síria?

A intervenção russa na Síria é explicada não apenas por imperativos geopolíticos tais como: contrapeso ao intervencionismo moral-legal Ocidental manifestado na doutrina da responsabilidade de proteger, o combate ao terrorismo e ao fundamentalismo religioso. É também, sobre seu status. Sobre a posição e o papel desempenhado num sistema internacional progressivamente mais multipolar. A doutrina de segurança nacional russa, de 2015, explicita esse fato ao listar dois objetivos estratégicos principais aplicáveis ao engajamento russo, o primeiro se deve aos interesses geopolíticos: “strengthening the country’s defense” e o segundo se

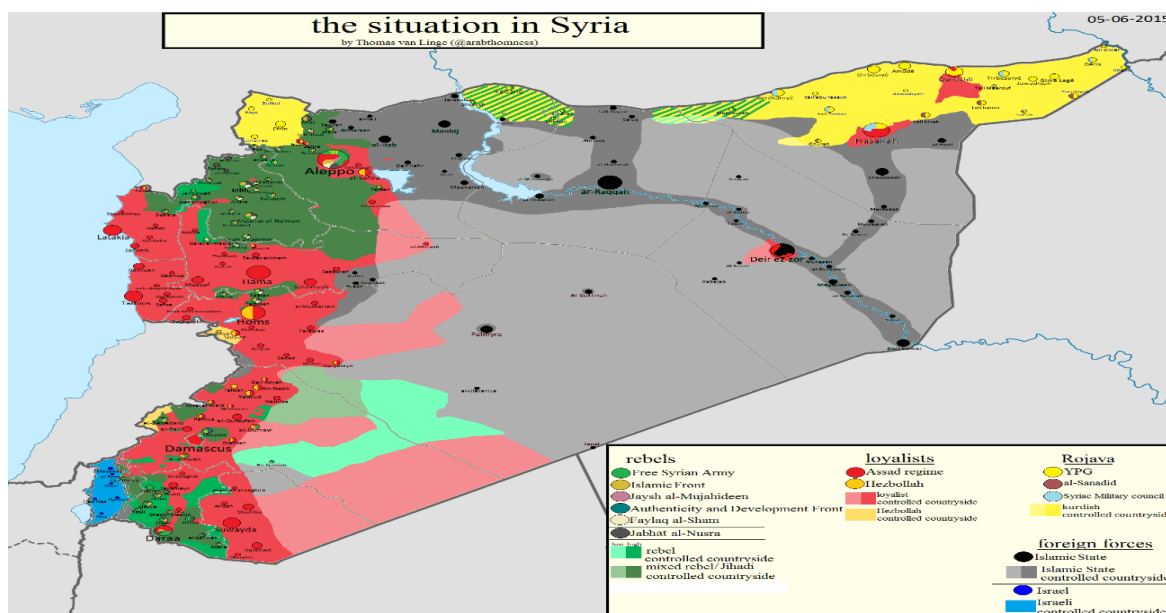
refere ao reconhecimento e promoção internacional de seu status global, conforme expresso: by “consolidating the Russian Federation’s status as a leading world power, whose actions are aimed at maintaining strategic stability in a polycentric world”.

Deste modo busca-se analisar qual é a situação atual do conflito sírio desde a intervenção russa em setembro 2015.

3.4.1 A intervenção russa e a situação atual na Síria.

Desde 2011, quando os protestos reformistas, no contexto da Primavera Árabe, se degeneraram em um conflito aberto entre forças pró e anti-regime, a Rússia demonstrou forte apoio ao governo em Damasco. A princípio, este apoio foi realizado através de canais diplomáticos, como veto russo as resoluções do Conselho de Segurança no que tange o emprego de meios coercitivos, sob auspícios do capítulo VII da Carta da ONU contra o regime sírio ao longo do período entre 2011-2014. Além do provisionamento de armas para exército sírio via porto de Tartus. Contudo em 2015 o regime Bashar Al-Assad estava na iminência de ruir, reduzido a suas áreas vitais e sob forte pressão de grupos jihadistas com destaque o Daesh que eram majoritários entre as forças de oposição. Foi nesse cenário de iminente derrocada do regime sírio que a Rússia decidiu intervir diretamente no conflito em auxílio a Bashar al-Assad (AFRIDI E JIBRAN, 2018). A situação na Síria nos idos de 2015 é exposta no mapa abaixo:

Figura 2: A situação na Síria nos idos de 2015.



Fonte: Newsweek, junho 2015.

Neste mapa observa-se que as áreas controladas pelo regime sírio, em vermelho, ainda eram as áreas vitais do país na costa mediterrânea oriental, todavia o regime estava sob pressão de grupos jihadistas, na província de Idlib com destaque para Frente Al-Nusra, que era filial da Al-Qaeda na Síria em verde escuro. Os curdos sírios estão representados, em amarelo, dominavam territórios no Nordeste e no noroeste do país, em Afrin. Enquanto que o grupo de maior destaque era o grupo jihadista Estado Islâmico, em preto, e com forte presença ao longo das margens do rio Eufrates e nas regiões petrolíferas nortistas, na qual Raqa era sua capital. Além de estarem dispersos numa ampla faixa desértica, no leste do país (Newsweek, 2015).

Lund, (2019) afirma que a intervenção russa na Síria despertou reações opostas na região. O Irã, o Iraque e o movimento libanês Hezbollah apoiaram a empreitada russa. Enquanto, os Estados Unidos, grande parte dos países europeus, os países árabes do Golfo Pérsico e a Turquia se opuseram, embora com diferentes gradações de fraqueza.

Conforme os resultados da intervenção foram ganhando o corpo, a oposição regional foi ficando mais branda. Contudo, em nenhum outro país a visão sobre o papel desempenhado pela Rússia alterou-se tão radicalmente, quanto na Turquia, um fervoroso opositor de Bashar al-Assad. Em novembro de 2015, em meio as operações no norte da síria, a força aérea turca abateu um caça russo Su-24 (LUND, 2019).

Neste cenário os observadores políticos ficaram temerosos, já que sendo a Turquia um estado membro OTAN, uma resposta assertiva de Moscou por vias militares, poderia em tese, acionar o mecanismo de segurança coletiva. O que está presente no artigo 5 da carta da aliança militar do Ocidente, e poderia acarretar uma perigosa escalada de tensões. Porém, os russos optaram por aplicar sanções econômicas, banindo produtos agrícolas, turismo. Outrossim, suspenderam o projeto que visava aumentar os suprimentos de gás natural à Turquia, de cujo recurso russo, o país é consideravelmente dependente. Além disso, Moscou aventou a possibilidade de apoiar o PKK, grupo considerado terrorista pela Turquia e com operações no país e tendo em vista que os curdos sírios, proxies do PKK no país vizinho já eram apoiados pelos Estados Unidos a ameaça à Turquia era real (LUND, 2019).

Destarte, neste cenário adverso de potencial risco a segurança nacional turca, mediante o fortalecimento do PKK e as perdas econômicas oriundas das sanções econômicas compeliram o presidente Erdogan, a rever sua posição e pedir desculpas públicas ao Kremlin, pouco mais de seis meses depois, em junho de 2016. Essa

atitude de Ancara foi respondida agilmente por Putin ao dizer, conforme Lund 2019, p.34): “Turkey and Russia could now start looking at “joint efforts on international and regional issues” (LUND, 2019, p.34).

As relações mais amistosas com a Rússia, permitiram à Turquia lançar sua primeira operação militar em grande escala na Síria, chamada Escudo do Eufrates, em agosto de 2016, em que as tropas turcas e facções da oposição síria apoiadas pela Turquia recuperaram mais de 2.000 quilômetros quadrados do Daesh e das as Forças Democráticas da Síria (SDF) na margem ocidental do Eufrates, perto da fronteira com a Turquia. Ademais, a queda de Aleppo, ocorrida alguns meses depois, possibilitou que a Rússia e a Turquia identificassem interesses comuns na Síria. Isso levou ao lançamento do processo Astana em janeiro de 2017, ao qual o Irã aderiu posteriormente (LUND, 2019).

Em maio 2017, os três estados fiadores do processo de negociação de Paz de Astana concordaram em “desescalar” o conflito (“de-escalate the war”) com a criação de zonas de segurança mediante o cessar fogo entre grupos rebeldes e o governo de Bashar al-Assad nas províncias sírias de Idlib, Homs e Ghouta com Rússia, Turquia e Irã atuando como fiadores. A Rússia mantém seu firme apoio ao regime sírio enquanto a Turquia embora hostil a Bashar al-Assad no plano retórico, deixou de ver a mudança de regime e passou a se preocupar primariamente com a segurança de suas fronteiras. Nesse sentido a aproximação entre Turquia e Rússia foi um ponto chave no conflito. Isso marginalizou outros apoiadores da causa rebelde e subordinou o que restou da oposição síria, sobretudo no nordeste do país, aos interesses turcos, que por sua vez tem de ser negociados com a Rússia (LUND, 2019).

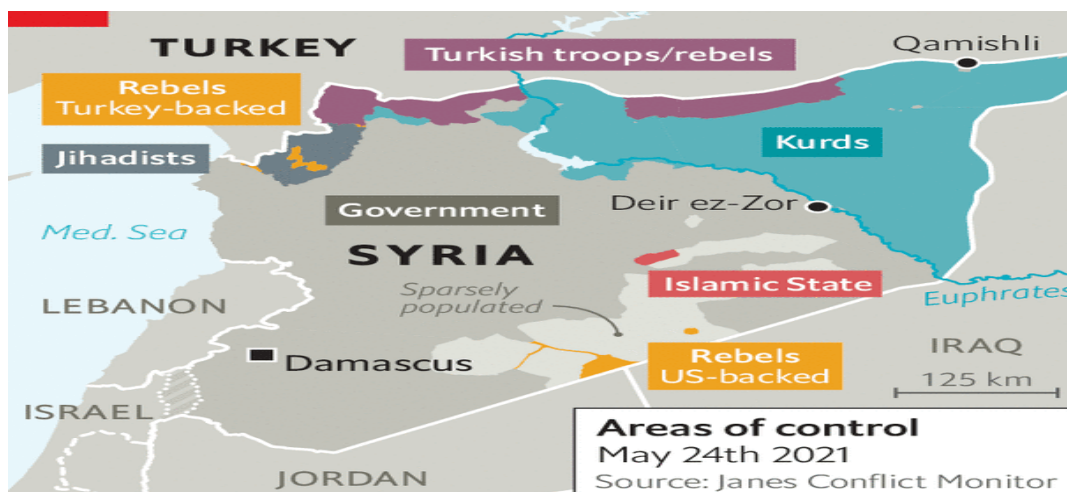
Entre maio de 2017 e junho de 2018 quase todas as áreas hostis remanescentes foram paulatinamente retomadas pelo governo sírio, além de reaver áreas do Daesh na margem oeste do rio Eufrates. Nesse sentido para além do auxílio militar nas investidas do governo sírio, a Rússia atua em acordos de rendição e envia policiais chechenos, estacionados em postos de controle, para monitorar as áreas retomadas (LUND, 2019).

De acordo com que foi pactuado em Astana, a Turquia assumiu a responsabilidade pelos últimos territórios rebeldes próximo às suas fronteiras, no nordeste sírio. As tropas turcas começaram a assumir posições dentro da região de Idlib no outono de 2017. Em março de 2018, rebeldes apoiados pela Turquia ocuparam Afrin, um enclave curdo perto de Aleppo, mais uma vez com a facilitação

rusa. Damasco protestou contra a presença de tropas turcas em solo sírio, mas evitou cuidadosamente as críticas à Rússia (LUND, 2019).

Em 24 maio de 2021 a correlação de forças no país se apresenta no mapa a seguir:

Figura 3: Quem controla a Síria?



Fonte: BBC, maio 2021.

A partir da leitura do mapa acima, nota-se o considerável impacto gerado pela intervenção russa. O governo sírio, sob forte pressão dos grupos que lhe faziam oposição, estava na iminência de ruir. Todavia com apoio russo e juntamente com seus aliados xiitas da região o exército sírio virou o jogo e conseguiu empurrar suas linhas de defesas e projetar poder para além das suas áreas vitais na costa oriental, avançando e retomando território a leste do país. Atualmente o governo de Assad controla militarmente aproximadamente 60% do território sírio em comparação com cerca de 25% no início da intervenção russa. Outro ponto a se destacar é a drástica redução da presença do Daesh no conflito. Embora ainda seja necessário monitoramento constante em relação às suas células dormentes ainda presentes em áreas desérticas do leste do país, o poderio do grupo jihadista não é nem de longe aquele que fora observado nos idos de 2015. Atualmente conforme expresso no mapa a correlação de forças é expressa em três grandes áreas. As áreas controladas pelo regime em cinza, as áreas controladas pelos curdos sírios, apoiados pelos Estados Unidos, no Nordeste do país em azul e as região no noroeste do país, onde está situado o último bastião rebelde na região de Idlib, dominadas por grupos jihadistas e sob influência turca (ERKEMEN, HERAS, SEMENOV, 2021).

3.4.2 Áreas controladas pelo regime

Passada a série de vicissitudes que abalaram os pilares de sustentação do regime, no período pré intervenção russa, Assad parece estar em uma situação bem mais confortável e segura enquanto chefe de Estado e de governo. O governo sírio controla grande parte da região meridional e centro-oeste do país. Nesse sentido, das 16 capitais provinciais, 13 estão sob pleno controle do regime, incluídos as quatro maiores cidades como Aleppo, Homs, Hama e Damasco. Além disso controla a maior cidade do leste do país, Deir al-Zor, na região do vale do rio Eufrates, e a cidade histórica de Palmyra, na região central retomada do Daesh. Para além das áreas onde o exército sírio exerce pleno controle, as instituições do Estado são operantes nas regiões controladas pelos curdos sírios. Além disso, 73% da população síria, vive sob as áreas controladas pelo regime. E apesar de assassinatos e bombardeios esporádicos nas cidades sírias e naquelas áreas recém recapturadas, o governo de Assad não parece, no momento, enfrentar uma resistência interna significativa. E a salvo de intervenções externas graças a tutela russa (ERKEMEN, HERAS, SEMENOV, 2021).

No sul do país, através da região síria das Colinas de Golã, ocupadas desde a Guerra dos Seis em 1967, Israel realiza desde 2013 ataques aéreos a destacamentos e instalações iranianas e do Hezbollah, a fim de repelir a presença deste junto à fronteira israelense. Por vezes são atingidas instalações do regime sírios, todavia Israel parece respeitar os limites propostos por Moscou: de não interferir nas operações russas e ou ameaçar o regime. Similarmente, em resposta às alegações de uso de armas químicas contra civis pelo regime sírio, os Estados Unidos, em duas oportunidades, realizaram bombardeios contra instalações do regime em abril de 2017 e 2018. Porém foram ataques deliberadamente limitados em escopo sem a intenção de causar danos em larga escala à estrutura sensível do regime (LUND, 2019).

3.4.3 Região Noroeste: al-Bab, Afrin e Idlib

Tropas turcas impendem que o exército sírio retome áreas controladas por grupos rebeldes sunitas, em uma área que se estende de al-Bab próximo à província de Aleppo passando pela província curda de Afrin até vastas aéreas ao redor de Idlib. Nesta região vivem 17% da população síria remanescente, três quartos delas na província de Idlib. Contudo as operações turcas no noroeste sírio (al-Bab em 2016,

Afrin em 2018 e Idlib em 2017 e 2018 foram todas pré-negociadas com Moscou. A Turquia desde então busca evitar que rebeldes locais e jihadistas ataquem as tropas governistas enquanto Rússia e Irã buscam dissuadir Damasco. O nível de influência que a Turquia exerce varia de área para área. Nas regiões de Afrin e al-Bab o controle turco é exercido por meio de grupos proxies sunitas, satélites de Ancara, como o grupo rebelde sunita do Exército Livre da Síria. Em Idlib apesar de haver um enclave de proxies turcos dentro deste território, a influência de Ancara é bem menos pronunciada do que nas outras regiões citadas do noroeste sírio. A política interna na região de Idlib é denominada pelo Hay'at Tahrir al-Sham (HTS), uma coalização de múltiplos grupos jihadistas sunitas, cujo núcleo é a antiga Frente al Nusra, afiliada da Al Qaeda (ERKEMEN, HERAS, SEMENOV, 2021).

De todo modo, Turquia se posiciona contrária à derrubada dos grupos anti-regime no noroeste do país, essencialmente devido a questões securitárias. É do entendimento turco que uma grande ofensiva do regime para retomada de Idlib acarretaria um novo fluxo massivo de refugiados sírios em direção a Turquia, que já abriga 3,5 milhões de refugiados oriundos deste país. Neste sentido, Ancara conta com o auxílio de Moscou para conter os ímpetos sírios na região. Para tanto, os presidentes Erdogan e Putin anunciaram o cessar fogo, em março do ano passado e que vigora até os dias atuais (LUND,2019).

3.4.4 Região Nordeste e al-Tanf

A região nordeste do país está sob controle das Forças Democráticas Sírias (SDF, na sigla em inglês), uma coalização árabe-curda, apoiado pelos Estados Unidos, e dominada pelo elemento curdo das forças de proteção do povo (YPG). O YPG é o braço sírio do PKK, Partido dos Trabalhadores do Curdistão, com operação na Turquia e que há décadas mantém relações hostis com Ancara. As áreas controladas pela SDF abrigam cerca de 10% da população síria remanescente no país, a maioria constituída por árabes e curdos sunitas e uma minoria de cristãos siríacos. Grande parte do território foi capturado do Daesh entre os anos de 2015 a 2017 com apoio dos EUA e de outros membros da Coalização Global liderados pelos estadunidenses. Os últimos territórios sob jugo do Daesh foram retomados em 2019. Conforme já exposto, instituições estatais continuam a operar nas cidades controladas pela SDF e existem estradas abertas e comunicações para Damasco (LUND, 2019).

Separadamente, ao sul do país, em ponto estratégico no qual as fronteiras sírias, jordanianas e iraquianas se cruzam, situa-se a base americana de al-Tanf onde a SDF não está presente. Em vez disso, os aliados estadunidenses na região são um pequeno grupo sunita conhecido como Maghawir al-Thawra, anteriormente designado como Novo Exército da Síria. A priori era uma área ocupada pelo Daesh e a posteriori dominada por forças aliadas em 2016. No mesmo ano foi estabelecido acordo entre EUA e a Rússia para uma área de atuação exclusiva (“deconfliction zone”) de 55 km circunscrita ao redor da base militar que é patrulhada por americanos e seus aliados (MAGRUDER, 2020).

3.4.5 Rússia, uma nação indispensável.

Rummer (2019), em artigo na revista *Foreign Affairs*, aponta que a emergência da Rússia enquanto ator central no Oriente Médio, ocorre, após 25 anos de ausência do país nos assuntos da região. Segundo o autor, a participação ativa no jogo de poder no Médio Oriente remonta ao período da Rússia Czarista e passando pelo período da Rússia Soviética ajuda a explicar o porquê a ausência e não o retorno ao posto de ator proeminente na região é a anomalia.

Nesse período de ausência de pouco mais de duas décadas, os Estados Unidos acostumaram-se a agir como hegemon regional – travando guerras, ditando sua visão política e punindo aqueles considerados com comportamentos desviantes, vide as intervenções já discutidas, nos chamados “rogue states”. Portanto até 2015, esse foi o novo normal (RUMER, 2019).

A essa altura, esperava-se amplamente que o regime de Bashar al-Assad ruiria. Todavia, no outono daquele mesmo ano, conforme já exposto a Rússia interveio militarmente, e cujo êxito do Kremlin ao mudar o curso dos eventos em favor de Damasco, demonstra que a geopolítica do Médio Oriente sem a presença de Moscou é uma exceção e não a regra (RUMER, 2019).

Segundo a perspectiva de Moscou, a operação na Síria foi um sucesso. Longe de ser um novo “Vietnã” como muitos previam, a intervenção alcançou o seu objetivo ao garantir a sobrevivência do regime sírio e a manutenção do aparato estatal a fim de evitar o caos e instabilidade. Além disso teve relativo baixo custo material e humano. E o mais importante, restaurou a posição de proeminência russa na região (RUMER, 2019).

Similarmente, Brenets citado por Lund (2019) relata que pela primeira vez desde o fim da Guerra a Rússia demonstra ser capaz de conduzir uma operação militar de larga escala para além do espaço pós-soviético. Nesse sentido o autor aponta: 'Russia is no longer a regional power, but again a global geopolitical player'. Portanto, segundo essa análise não é possível discutir sobre a resolução de conflito na região ao largo da Federação Russa.

Para Lund, (2019) Moscou é o único ator no conflito que possui canais de diálogos abertos com todos os outros atores envolvidos como SDF, Washington, Ancara, Damasco, Teerã. Para Rummer (2019, p.7) o "Kremlin has positioned itself as the power broker to whom all actors must talk Russia can talk to everyone and is on good terms with everyone, so it is indispensable".

Em conclusão, fica claro que a Federação Russa não possui pretensões hegemônicas na região. Todavia o Kremlin reitera que dado o status russo de grande potência em meio um mundo progressivamente mais multipolar não é possível discutir a paz e segurança no Oriente Médio ou algures, à revelia de Moscou. Portanto o caráter indispensável de Moscou, conforme exposto acima é reflexo do Velho novo normal nas Relações internacionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho houve o intuito de demonstrar que a política externa russa opera sob a lógica realista. Desse modo, reitera-se que tal abordagem analisa o comportamento dos atores no teatro das relações internacionais a partir da realidade que está posta, do ser, e, portanto não há qualquer intuito de se analisar os fatos à luz de uma abordagem que faz ode à um modelo de comportamento tido como ideal, o dever ser. Portanto, não há a intenção de se colocar a política externa russa em patamar mais elevado em relação as demais potências. Pelo contrário, em mundo progressivamente mais multipolar, a Rússia, enquanto polo independente, advoga pela reciprocidade, pela paridade diplomática, pelo reconhecimento e respeito mútuo. Nesse sentido, não há qualquer condescendência com a visão do Kremlin, o que se busca demonstrar é que quando se trata de defender seus interesses vitais, a postura russa não é diferente da postura ocidental. No entanto, conforme a crítica russa, por vezes, nos corredores de poder no Ocidente, há a percepção de que todos os Estados são iguais, mas que alguns Estados são “mais iguais” que outros.

Dito isso, a partir da análise das formulações de política externa do período, em contraste com a frequentemente descrição ocidental acerca da mesma, percebe-se que esta é racional, pragmática, previsível e orientado por fatores sistêmicos. Robert Person (2017), Switzer (2017), dentre outros autores referenciados ao longo desse trabalho, revelam o caráter waltziniano da política externa russa pós soviética. Haja vista que o país não é revisionista, pelo contrário defende a solução pacífica de controvérsia e a utilização do uso da força, apenas em ultima ratio. Ademais, mostra-se veementemente contra conceituações como soberania restringida, responsabilidade de proteger as quais, segundo a ótica de Moscou, buscam escamotear ações de Estados e ou grupos de Estados com intuito ultimo de promover uma mudança forçada de regime sob o fito de intervenções humanitárias, que ocorrem ao largo CSNU e acarretam graves efeitos à estabilidade regional, vide o intervencionismo moral-legal Ocidental na ex-Iugoslávia no final da década de 90, no Iraque, em 2003 e na Líbia em 2011.

Entretanto, cabe ressaltar que a leitura da política externa russa sob a ótica waltzniana está longe de ser a única interpretação da postura russa na cena internacional. Há autores dentre eles Feinstein e Pirro (2021) que divergem e enxergam o comportamento russo sob as lentes do realismo ofensivo. Para esses

autores, portanto, Moscou conduz uma política externa agressiva, revisionista com o objetivo de se colocar como um hegemon regional. Deste modo a postura russa, não seria advinda de um instinto inerente à natureza humana que compele os atores a agir expansivamente. Nesse sentido a agressão seria calculada e fruto dos incentivos dados pela estrutura do sistema internacional, em uma dada oportunidade, visto que qual a melhor forma de obter a segurança da unidade estatal, segundo esta abordagem, seria agir ofensivamente, de modo a se tornar o hegemon regional. A atuação russa no contexto da anexação da Crimeia seria para Feinstein e Pirro (2021) uma ilustração desse fato. Moscou, segundo esses atores, teria agido ofensivamente, violando, alegadamente, a jurisdição ucraniana de modo a repelir a projeção de poder do ocidente. Todavia, embora seja um argumento razoável, a postura russa nesse sentido, não é condizente com esses pressupostos. É, por outro lado, reativa ao expansionismo ocidental. Moscou não visa redesenhar o mapa da Europa afim de reestabelecer as fronteiras pré-1989. A ação russa na Crimeia visou sobretudo, evitar o desequilíbrio de poder, uma vez que a adesão de Kiev a União Europeia faria com o país estivesse a um passo da OTAN. Isso inclusive foi prometido a Ucrânia em reunião com chefes de Estados Ocidente em Bucareste, na Romênia. Nesse sentido embora a Rússia tivesse recebido garantias de que a Otan, jamais colocaria seus pés na Alemanha Oriental, se viu em 2014 diante de um eventual cenário no qual uma aliança militar hostil aos russos poderia projetar poder em uma zona sensível de segurança nacional, situada nos seus arredores, no Mar Negro. A análise em Moscou era que tal ação tinha intuito de estabelecer um cordão sanitário em torno do país, restringir seu acesso a mares quentes, já dificultado pelo controle turcos dos estreitos de Bósforo e Dardanelos, de modo a enfraquecê-lo paulatinamente. Portanto, o Kremlin, atuou para corrigir os desequilíbrios da balança de poder e assegurar a posição russa na região. Destarte, a postura a russa foi pró status quo. O próprio Mearheimer (2014) em um artigo intitulado " Why Ukraine Crisis is the Western Fault" ressalta esse caráter reativo da política externa russa. Ele aponta, imagine se a própria Rússia ou China instalasse uma base militar no México ou no Canadá? Os Estados Unidos certamente agiriam de maneira assertiva para compelir a ação da potência estrangeira.

Conforme expresso anteriormente a Rússia é frequentemente acusada de adotar uma postura revisionista e de manter esferas de influência, mas o que seria a

expansão da OTAN a leste se não uma expansão da zona de influência ocidental à revelia dos interesses russos? Do mesmo modo no Oriente Médio, a Rússia, enquanto ator central em um mundo progressivamente mais multipolar, coloca-se evidentemente como um contrapeso ao Ocidente, em particular aos Estados Unidos na região. Contudo, sua postura é pro-status quo, no caso sírio, em especial, seu apoio ao regime de Bashar al-Assad se deu de modo a refutar ações unilaterais sob roupagem universalizantes as quais, na prática, se traduzem frequentemente em mudança forçada de regime.

É nesse sentido, que o conflito sírio deve ser compreendido. Como reflexo do caráter pragmático e pró-status quo da política externa russa. Seu objetivo, quando interveio no conflito em 2015 era manter de pé o Estado sírio e impedir o caos e a instabilidade decorrente do seu esfacelamento, com se observou nos episódios relatados anteriormente. Esse pragmatismo é expresso a partir da constatação de que Bashar Al Assad é a alternativa mais viável para se atingir esse objetivo e é por esse motivo que o regime é apoiado. Todavia isso não significa que este apoio será eterno. Tampouco significa que este suporte é conferido a pessoa de Bashar al-Assad. Há entendimento em Moscou que no futuro Assad acabará deixando o poder, mas isso deve fruto de processo interno na Síria e não resultado de uma imposição externa.

Constata-se, portanto que a intervenção russa foi fruto de sua visão sistêmica e guiada pelos seus princípios norteadores já descritos. Deste modo todos os fatores convergem para análise do conflito segundo o arcabouço teórico Waltziniano. Nesse sentido, conforme exposto, o resultado da intervenção russa se mostrou um sucesso. Longe de ser um novo Vietnã, como muitos analistas previam, a intervenção russa na Síria teve relativo baixo custo material e humano. Ademais a entrada de Moscou no conflito mudou o curso dos eventos na Síria, salvou o regime e ao longo dos 5 anos de engajamento militar e diplomático na país, a Rússia se posicionou como um ator central no Médio Oriente, como único país com canais abertos com todos os demais players no conflito sírio e com o qual todos tem de negociar.

E o mais importante, restaurou a posição de proeminência russa na região. O período de ausência de poucos mais de duas décadas, após o fim da Guerra Fria, no qual os Estados Unidos se acostumaram a se impor como hegemon regional, travando guerras, ditando sua visão e punindo todos aqueles considerados comportamento desviantes, vide o intervencionismo moral-legal nos estados párias, constituintes do

“eixo do mal”, foi o novo normal até 2015. Todavia a intervenção russa na Síria reinaugura o velho normal, ou seja, em um mundo progressivamente mais multipolar destaca-se o caráter indispensável da Federação Russa haja vista que não é possível discutir sobre paz e segurança no Oriente Médio ou algures, a revelia de Moscou.

5. REFERÊNCIAS

AFRIDI, Manzoor Khan; JIBRAN, Ali. **Russian Response to Syrian Crisis: A Neorealist Perspective**. Strategic Studies Vol. 38, No. 2 (Summer 2018), pp. 56-70 . Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48539137>. Acesso em: 03 set. 2021.

BBC. **Putin 'will use World Cup like Hitler's Olympics', agrees Johnson**. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-43487948>. Acesso em: 03 set. 2021

BBC. **Vladimir Putin: o 'czar moderno' que controla a Rússia**. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55944027>. Acesso em: 03 set. 2021.

BUSINESS INSIDER. **12 Prominent People who compared Putin with Hitler circa 1938**. 2014. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/people-who-compared-putin-to-hitler-2014-5>. Acesso em: 03 set. 2021.

BUSH, George H.W. **January 29, 1991: State of the Union Address**. Miller Center. Disponível em: <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-28-1992-state-union-address>. Acesso em: 03 set. 2021.

BUSH, George H.W. **January 28, 1992: State of the Union Address**. Miller Center. Disponível em: <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-29-1991-state-union-address> Acesso em: 03 set. 2021.

CARR, Edward H. Power in International Politics. In: CARR, Edward H. **The Twenty Years Crisis. 1919-1939: An introduction to the study of International Relations**. London: Macmillan & Co. Ltd, 1939. p. 139-188

CONCEPT of Russian Foreign Policy, 1993. In: SHAKLEINA, Tatiana; MELVILLE, Andrei. **Russian Foreign Policy in Transition**. Budapest: Ceu Press, 2005. p. 27-65.

CONCEPT of Russian Foreign Policy, 2000. In: SHAKLEINA, Tatiana; MELVILLE, Andrei. **Russian Foreign Policy in Transition**. Budapest: Ceu Press, 2005. p. 89-105.

CONCEPT of Russian Foreign Policy 2008. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/supplement/4116> Acesso em: 03 set. 2021.

CONCEPT of Russian Foreign Policy 2016. Disponível em: www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents//asset_publisher/CptlCk6BZ29/content//2542248. Acesso em: 03 set. 2021. 2016

DELITTE, Simon. **La Russie face à la déstabilisation du Moyen-Orient: Analyse de l'implication russe en Syrie et de ses conséquences sur base de la perspective réaliste**. Faculté des sciences économiques, sociales, politiques et de communication, Université Catholique de Louvain, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2078.1/thesis:11457>. Acesso em: 03 set. 2021.

FEINSTEIN, Scott G.; PIRRO, Ellen B. Testing the world order: strategic realism in Russian foreign affairs. **International Politics**. Iowa State University, p. 1-18. fev. 2021.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History?** The National Interest, Los Angeles, p. 3-18. Mai. 1989.

GILPIN, Robert G. **The Richness of the Tradition of Political Realism**. International Organization. Cambridge, p. 287-304. mar. 1984.

GOTZ, Elias. **Explaining Russia's Opposition to NATO Enlargement: Strategic Imperatives, Ideas, or Domestic Politics?** 2015. Disponível em: <https://transatlanticrelations.org/wp-content/uploads/2019/04/21-Gotz.pdf>. Acesso em: 03 set. 2021.

GOTZ, Elias. **It's Geopolitics Stupid**. Global Affairs, Aarhus, v. 1, n. 1, p. 3-10, Jan. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23340460.2015.960184>. Acesso em: 03 set. 2021.

GVOSDEV, Nikolas. **Because It Is**: Russia, The Existential Great Power. 2008. Disponível: www.gwu.edu/~sigur/assets/docs/major_powers_091407/Gvosdev_on_%20Russia.pdf. Acesso em: 03 set. 2021.

HARTCHER, Peter **"World wilts before Putin's iron fist"**, in *The Sydney Morning Herald*: Sydney, 29/07/2017. Disponível em: www.smh.com.au/comment/world-wilts-before-putins-iron-fist-20140728-zxqql.html Acesso em: 03 set. 2021.

IVANOV, Igor. Russian Foreign Policy on the Eve of the 21st Century: Problems of Formation, Development and Continuity, 2000. In: SHAKLEINA, Tatiana; MELVILLE, Andrei. **Russian Foreign Policy in Transition**. Budapest: Ceu Press, 2005. p. 235-269

JULIUS, Anthony **"Dreams of empire strike back"**, in *The Guardian*: London, 23/01/2009. Disponível: www.theguardian.com/commentisfree/2009/jan/23/russia-alqaida-putin-bin-laden. Acesso em: 03 set. 2021.

KOZYREV, Andrei. Strategy for Partnership, 1993. In: SHAKLEINA, Tatiana; MELVILLE, Andrei. **Russian Foreign Policy in Transition**. Budapest: Ceu Press, 2005. p. 193-207.

KRAUTHAMMER, Charles. **The Unipolar Moment**. Foreign Affairs, New York, v. 70, n. 1, p. 23-33, dez. 1990.

KRICRKOVIC, Andrej; PELLICCIARI, Igor. **From "Greater Europe" to "Greater Eurasia"**: status concerns and the evolution of Russia's approach to alignment and regional integration. Status concerns and the evolution of Russia's approach to alignment and regional integration. 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1879366521998808>. Acesso em: 03 set. 2021.

LAVROV, Sergei. **Russia in the 21st century**. Russian Global Affairs, v.4, n.1, p. 1-6, Out. 2012. Disponível em: <https://eng.globalaffairs.ru/articles/russia-in-the-21st-century-world-of-power/>. Acesso em: 03 set. 2021.

LAVROV, Sergei. **Russian Foreign Policy in a Historical Perspective**. Russian Global Affairs, v.4, n.1, p. 1-10, Janeiro/Dezembro 2018. Disponível em: <https://eng.globalaffairs.ru/articles/russia-in-the-21st-century-world-of-power/>. Acesso em: 03 set. 2021.

LEJEUNE, Pierre-Marie. **La Syrie vue de Moscou, comment comprendre le Kremlin ?** Institut de Stratégie Comparée « Stratégique ». [S.l.], p. 261-270. fev. 2013. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-strategique-2013-2-page-261.htm> Acesso em: 03 set. 2021.

LEWIN, Moshe '**La Russie en mal d'Etat**', Le Monde Diplomatique, Nov. 1998, pp. 1, 18-19. Disponível em : La Russie en mal d'Etat, par Moshe Lewin (Le Monde diplomatique, novembre 1998) (monde-diplomatique.fr) Acesso em: 03 set. 2021

LIGHT, M. (2015) **Russian Foreign Policy Themes in Official Documents and Speeches: Tracing Continuity and Change**. In: Cadier D., Light M. (eds) Russia's Foreign Policy. Palgrave Studies in International Relations Series. Palgrave Macmillan, London. https://doi.org/10.1057/9781137468888_2

LYNCH, Allen C. **Realism of Russia's Foreign Policy**. Europe-Asia Studies, Glasgow, p. 7-31. Jan. 2001. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/826237> .. Acesso em: 03 set. 2021.

LO, Bobo. The Determinants of Russian Foreign Policy: In: LO, Bobo. **Russian Foreign Policy in the Post-Soviet Era: reality, illusion and mythmaking**. 3. ed. Moscou: Palgrave Macmillan, 2002. Cap. 2. p. 12-23.

LOUREIRO, Felipe, **A crise da União Soviética e o fim da Guerra Fria**, Univesptv, 2014, Disponível em: Univesp TV. Acesso em: 03 set. 2021.

LUKYANOV, Fyodor. **Putin's Foreign Policy: The Quest to restore Russia's rightful place**. Foreign Policy. Nova Iorque, p. 30-37. Maio/Junho 2016. Disponível em: Putin's Foreign Policy | Foreign Affairs. Acesso em: 03 set. 2021.

LUND, Aron. **From Cold War to Civil War: 75 years of Russian-Syrian Relation**. The Swedish Institute of International Affairs. [S.l.], p. 4-52. Jul. 2019.

LUTE, Ambassador Douglas; BURNS, Ambassador Nicholas. **NATO at Seventy: an alliance in crisis**. An Alliance in Crisis. 2019. Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School. Disponível em: <https://www.belfercenter.org/publication/nato-seventy-alliance-crisis>. Acesso em: 03 set. 2021.

MEARSHEIMER, John. Anarchy and Power Struggle. In: MEARSHEIMER, John. **Tragedy of Great Power Politics**. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 2001. Cap.2. p. 29-54.

MEARSHEIMER, John. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault: The Liberal delusions that provoked Putin. **Foreign Affairs**. New York, p. 31-57. set. 2014.

MILITARY Doctrine of the Russian Federation 1993. Disponível em: <https://nuke.fas.org/guide/russia/doctrine/russia-mil-doc.html>. Acesso em: 03 set. 2021.

MILITARY Doctrine of the Russian Federation 2000. Disponível em: Fundamental documents - The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation (mid.ru). Acesso em: 03 set. 2021.

MORGENTHAU, Hans. Uma Teoria Realista da Política Internacional. In: MORGENTHAU, Hans. **Política entre as Nações**. 6. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2013. Cap.1 p. 45-71.

NATIONAL Security Strategy of the Russian Federation 1997. Disponível em: Russian National Security Blueprint, 1997 (fas.org) Acesso em: 03 set. 2021.

NATIONAL Security Strategy of the Russian Federation 2000. Disponível em: National Security Concept of the Russia Federation - Fundamental documents - The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation (mid.ru) Acesso em: 03 set. 2021.

NATIONAL Security Strategy of the Russian Federation 2015. Disponível em: <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/OtrasPublicaciones/Internacional/2016/Russian-National-Security-Strategy-31Dec2015.pdf>. Acesso em: 03 set. 2021.

MCFAUL, Michael '**A Precarious Peace: Domestic Politics in the Making of Russian Foreign Policy**', *International Security*, 22, 3, Winter 1997, pp. 5-36

PAUL, Michael C. **Western Negative Perception of Russia: "The Cold World Mentality" over Five Hundred Years**. *International Social Science Review*. [S.I.], p. 103-121. abr. 2001.

PICHON, Frederic. **La Syrie, quel enjeu pour la Russie ?** Institut Français Des Relations Internationales « Politique Étrangère ». [S.I.], p. 107-118. mar. 2013. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-politique-etrangere-2013-1-page-107.htm>. Acesso em: 03 set. 2021.

PRIMAKOV, Yevgeny. International Relations on the Eve of the 21st century: Problems and Prospects, 2000. In: SHAKLEINA, Tatiana; MELVILLE, Andrei. **Russian Foreign Policy in Transition**. Budapest: Ceu Press, 2005. p.207-219.

RUGGIE, J. G. (1983). **Continuity and Transformation in the World Polity: Toward a Neorealist Synthesis**. *World Politics*, 35, pp 261-285 doi:10.2307/2010273

SARDENBERG, Ronaldo Mota. Prefácio Hans J. Morgenthau: Política entre as Nações. In: MORGENTHAU, Hans. **Política entre as Nações**. 6. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2013. p. 7-39.

SEGRILLO, Angelo, **Política Externa Russa Pós-Soviética**, 2011 cap. 2 p. 57-72.

STEPANOVA, Ekaterina. **La Russie a-t-elle une grande stratégie au Moyen-Orient ?** Institut Français Des Relations Internationales« Politique Étrangère ». [S.l.], p. 23-35. ago. 2016. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-politique-etrangere-2016-2-page-23.htm> Acesso em: 03 set. 2021.

SUSLOV, Dmitry. **The Russian Perception of the Post-Cold War era and Relations with the West**. 2016. Harriman Institute, Columbia University. Disponível em: https://www.sant.ox.ac.uk/sites/default/files/universityconsortium/files/suslov_harriman_lecture_on_post-cold_war_era.pdf. Acesso em: 03 set. 2021.

SWITZER, Tom. **Russia isn't the bad guy you've been led to believe it is**. 2017. Disponível em: www.smh.com.au/opinion/russia-isnt-the-bad-guy-youve-been-led-to-believe-it-is-20170106-gtmzvc.html. Acesso em: 03 set. 2021.

WALTZ, Kenneth. Political Structures. In: WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Berkeley: Addison Wesley Publishing Company, 1979. Cap. 5. p. 79-102.

WALTZ, Kenneth. Anarchic Orders and Balance of Power In: WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Berkeley: Addison Wesley Publishing Company, 1979. Cap. 6. p. 102-129.

WALTZ, Kenneth **Man, the State and War: a theoretical analysis**. New York: Columbia Press University, 1959. 282 p.

WASHINGTON POST, **Hillary Clinton says Putin's actions are like 'what Hitler did back in the '30s'**. 2014. Disponível em: www.washingtonpost.com/news/post-politics/wp/2014/03/05/hillary-clinton-says-putins-action-are-like-what-hitler-did-back-in-the-30s/. Acesso em: 03 set. 2021.

ZHEBIT, Alexander. **Sobre a história da política externa da Rússia: o "paradigma" de Primakov**. Revista Topoi, Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, p. 421-445, 2019. Mai. 2019. Disponível em: www.revistatopoi.org. Acesso em: 03 set. 2021.